



**DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 35.300.143.949

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE ABRIL DE 2013 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).**

Florianópolis, 15 de abril de 2013

**V.2**

## Índice

<u>1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas</u>	3
<u>2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas</u>	5
<u>2.1. Em Assembleia Geral Ordinária</u>	5
<u>Anexo I - Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, conforme item 10 do Formulário de Referência (instrução cvm 480/2009)</u>	8
<u>Anexo II - Informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos administradores, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM n 480/2009</u>	86
<u>Anexo III - Informações sobre a Assembleia Geral e Administração incluídas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência conforme instrução CVM nº 480/2009</u>	99

## **1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas**

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Desenvix está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

### **• Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9º da ICVM 481/09)**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2012 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 28 de março de 2013 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Empresas e Negócios em 24 de abril de 2013. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.desenvix.com.br](http://www.desenvix.com.br)

### **• Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

### **• Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

• **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 28 de março de 2013, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

A Desenvix apurou prejuízo no exercício de R\$ 31.622 mil.

Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças, reunido no dia 4 de abril de 2013, recomendou a aprovação, ao Conselho da Administração, das Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2012.

## **2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas**

### **2.1. Em Assembleia Geral Ordinária**

#### **2.1.1. Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;**

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Desenvix.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 28 de março de 2013 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Empresas e Negócios em 24 de abril de 2013. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: [www.desenvix.com.br](http://www.desenvix.com.br)

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Desenvix e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Desenvix.

#### **Proposta da Administração**

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

#### **2.1.2. Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Desenvix apurou prejuízo de R\$ 31.622 mil.

#### **Proposta da Administração**

Tendo em vista o prejuízo realizado no exercício 2012, o valor será transferido para a conta de lucros/prejuízos acumulados.

### **2.1.3. Proposta de eleição de membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração**

Nosso acionista controlador indireto Jackson, através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, reconduzirá o Sr. João Clarindo Pereira Filho como membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como indicará o Sr. João Clarindo Pereira Junior como membro suplente do Conselho Fiscal.

Nosso acionista SN Power reconduzirá a Sra. Andrea Kogitzki como membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como a Sra. Patricia Cândido Pinto da Silva como membro suplente do Conselho Fiscal.

Nosso acionista FUNCEF reconduzirá o Sr. Alfredo Martins dos Reis como membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como o Sr. Antônio Carlos Bomfim como membro suplente do Conselho Fiscal. Adicionalmente indicará o Sr. Emerson Tetsuo Miyazaki para o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao Sr. Alcinei Cardoso Rodrigues. O Sr. Emerson Tetsuo Miyazaki será suplente do Sr. Geraldo Aparecido da Silva.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM Nº 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

### **2.1.4. Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia**

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social da Desenvix, cabe à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

As informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos Administradores, conforme artigo 12 da instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM nº 480/2009, estão incluídas no anexo II dessa Proposta.

### **Proposta da Administração**

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2013 até 30 de abril de 2014, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ 4.653.700,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e setecentos reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2013 a 30 de abril de 2014 a verba anual prevista é R\$ 151.200,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

O Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2013 a 30 de abril de 2014 a verba anual prevista é R\$ 259.200,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores e 6 diretores. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2013 a 30 de abril de 2014 a verba anual prevista é R\$ 4.243.300,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrado no item 13.16 do anexo II.



**- ANEXO I -**

**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Em 2012 tivemos o encerramento do segundo ciclo de crescimento da Desenvix, o qual demandou investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão durante os últimos 3 anos, dobrando nossa capacidade instalada e que consolidou a Companhia como uma média geradora de energia elétrica através de fontes renováveis.

Ao longo de 2012 tivemos o início da operação comercial de 5 empreendimentos de geração de energia, que juntas, adicionaram 140,5 MW à nossa base instalada, elevando para 349 MW nossa capacidade de geração de energia.

Com o início da operação comercial dos nossos 4 Parques Eólicos a Desenvix passou a deter o conhecimento de desenvolvimento, implantação e operação de todas as fontes renováveis de geração de energia, incluindo Pequenas e Grandes Hidrelétricas e Biomassa. Atualmente possuímos, em fase de desenvolvimento, projeto para geração de energia elétrica por fonte solar.

Possuímos ainda participação de 25,5% em dois empreendimentos de transmissão de energia elétrica que totalizam 511 km de extensão e que entrarão em operação comercial ao longo de 2013.

No dia 08 de março de 2012 nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda de participação acionária na Desenvix à SN, passando, o capital social da Desenvix, a ser distribuído da seguinte forma: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Juntamente com a celebração do fechamento do Contrato de Compra e Venda, o novo bloco controlador da Companhia celebrou um Acordo de Acionistas. Visando aumentar ainda mais o nível de Governança Corporativo da Desenvix, foram criados 5 comitês de assessoramentos, sendo Comitês de Operação & Manutenção, Comercial e de Implementação de Projetos, que irão reportar ao Diretor Presidente, além dos Comitês de Recursos Humanos & Remuneração e de Auditoria, Tributos, Riscos e Finanças, que irão reportar ao Conselho de Administração. Os



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

membros dos comitês serão nomeados pelo Conselho de Administração e representará um misto de independência, representação dos acionistas e conhecimento técnico.

Em dezembro de 2012 a Desenvix finalizou o processo de distribuição pública da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, pela qual captou R\$ 100 milhões utilizados para o alongamento do perfil da dívida bancária e reforço do seu caixa. O acesso ao mercado de capitais demonstrou o benefício da listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais, assegurado transparência aos seus acionistas e investidores.

Em 2012 reestruturamos as operações da nossa subsidiária ENEX, que incluiu a criação de 4 regionais, além da transferência das operações para Florianópolis, gerando assim ganhos de escala e maior sinergia com a empresa Holding, trazendo com isso ganhos na sua lucratividade.

Finalizamos o processo de implantação do ERP em todas as nossas subsidiárias e empresa Holding, o que garantirá maior rapidez e melhor controle às nossas operações. Nossa diretoria entende que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com nossas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Nossa diretoria entende que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com nossas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A afirmação acima está baseada nos seguintes indicadores:

- Fluxo de caixa previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo;
- Acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento dos empreendimentos; e
- Elevadas margens operacionais dos empreendimentos em operação, notadamente por força do rígido controle de custos e despesas operacionais.

A Companhia está em franca expansão, investindo em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros, sendo as fontes de recursos obtidas através de: (i) aportes de capital de nossos controladores e (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias que estão atreladas ao Governo Federal com vistas ao atendimento do Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, que prevê a continuidade dos investimentos no setor. Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda. (controladora da Engevix Engenharia S.A.), SN Power e FUNCEF, empresas ou entidade de grande porte e importância nos segmentos de atuação.

Adicionalmente, poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia ou decidir pela venda de ativos em operação, implantação ou de projetos em desenvolvimento como outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior

atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

## **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas**

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Nossa diretoria entende que nossa evolução da estrutura de capital apresenta níveis característicos à uma Companhia em plena expansão de sua capacidade instalada, com níveis elevados de investimentos e ativos de alto valor agregado, especialmente quando analisada sob a ótica da relação dívida líquida/patrimônio. Nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 1,13 em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, esta mesma relação era de 1,10.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$598.136 mil em 31 de dezembro de 2011 para R\$687.464 mil em 31 de dezembro de 2012. Esta variação se deu por força do aumento do capital social na ordem de R\$120.000 mil, mediante integralização de capital do acionista SN Power. Por outro lado nosso patrimônio líquido foi parcialmente reduzido pelo prejuízo acumulado do exercício social de 2012, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 31.998 mil.

Nosso endividamento líquido era de R\$657.305 mil em 31 de dezembro de 2011, comparado a um endividamento líquido de R\$779.828 mil em 31 de dezembro de 2012.

O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

**Endividamento bancário:** entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 25,6% ou R\$ 193,1 milhões em função (i) da liberação do financiamento do BNDES da UTE Decasa, no valor de R\$ 55,5 milhões, ocorrido em janeiro de 2012, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 7,6 milhões, ocorrido em janeiro de 2012, tendo afetado nosso balanço em 50% do valor haja visto nossa participação no empreendimento, (iii) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 105 milhões pela Desenvix Holding, (a) através de Cédula de Crédito Bancário, ocorrido em março e abril, no montante total de R\$ 40 milhões, (b) através da emissão de Nota Promissória, ocorrida no mês de junho, no montante total de R\$ 35 milhões e (c) através da renovação de Cédula de Crédito Bancário ocorrida no mês de janeiro, no montante total de R\$ 30 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem, (iv) renovação do empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 10 milhões, pela Desenvix Holding, ocorrido no mês de agosto de 2012, (v) da captação de R\$ 100 milhões em Debêntures, pela Desenvix Holding, ocorrida no mês de dezembro de 2012, (vi) da liberação do financiamento do CDB da EOL Barra dos Coqueiros, no valor de R\$ 102 milhões, ocorrido em dezembro de 2012, (vii) da capitalização de encargos no imobilizado de



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

controladas, no valor de R\$ 10,8 milhões, em decorrência dos juros incorridos durante a implantação de empreendimentos e (vii) da apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 55,6 milhões.

Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 8,7 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) pagamento de juros, no valor de R\$ 31,7 milhões, referente aos empréstimos de longo prazo tomados junto ao BNDES, (iii) pagamento de juros, no valor de R\$ 18 milhões, referente aos empréstimos de longo prazo tomados junto ao BNB, (iv) pagamento de juros, no valor de R\$ 0,8 milhão, referente aos empréstimos tomados pela ENEX (v) amortização de principal, no valor de R\$ 34 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES, (vi) pagamento de juros e despesas financeiras da Desenvix Controladora no valor de R\$ 11,3 milhões, (vii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 75 milhões, (viii) a renovação de principal de empréstimo tipo ponte e de capital de giro pela Desenvix Holding, no valor de R\$ 70 milhões.

**Caixa e aplicações financeiras:** entre os períodos em análise houve aumento no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 70,6 milhões. O saldo de caixa e aplicações financeiras de 31 de dezembro de 2012 era composto principalmente (i) pelo caixa de R\$ 104 milhões da subsidiária Barra dos Coqueiros, em função a liberação do empréstimo do CDB, ocorrido no último dia útil do ano, (ii) pelo saldo de R\$ 41,9 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas for força dos contratos de financiamento de longo prazo, além das debêntures, (iii) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 16,4 milhões das demais subsidiárias da Desenvix, além (iv) do saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 7,1 milhões da Desenvix Holding.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012	Variação % Dez/12 x Dez/11
<b>Endividamento bancário</b>	<b>755.675</b>	<b>948.834</b>	<b>25,6</b>
- Financiamento de obras - BNDES	424.466	456.077	7,4
- Financiamento de obras - BNB	271.422	272.480	0,4
- Financiamento de obras - CDB	-	102.049	100,0
- Debêntures	-	98.910	100,0
- Cédula de crédito bancário	31.033	-	-100,0
- FINEP	17.443	8.732	-49,9
- Financiamento de capital de giro	10.000	10.000	-
- Outros	1.311	586	-55,3
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>(98.370)</b>	<b>(169.006)</b>	<b>71,8</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>657.305</b>	<b>779.828</b>	<b>18,6</b>



### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento, nossa posição de liquidez, bem como os Empreendimentos em Construção, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

- **Contratos de Financiamento BNDES:** As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.
- **Contratos de Financiamento BNB:** As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.) garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais. Em 31 de dezembro de 2011, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB



são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.

- **Financiamento de obras – China Development Bank (CDB):** A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 56.000 mil (R\$102.049) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano. Juntamente com este contrato de financiamento serão também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.
- **Debêntures:** A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 100 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, vencendo a primeira em 12 de junho de 2013 e a última no dia do vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016.
- **Demais Financiamentos - Desenvix Controladora:** Os demais financiamentos contratados com FINEP e Banco do Brasil são garantidos por meio do fluxo de dividendos dos Empreendimentos em Operação, bem como carta de fiança, aval, notas promissórias avalizadas, sendo que algumas dessas garantias são prestadas por partes relacionadas.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

#### **d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizados**

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

## Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

Além do financiamento descrito na Desenvix Controladora, não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

Em 31 de dezembro de 2012, possuíamos apenas um financiamento para capital de giro, tomados na Controladora junto ao Banco do Brasil no valor de R\$10.000 mil.

Durante o ano de 2012 captamos R\$ 105.000 mil em empréstimos tipo ponte, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorresse, (a) através de Cédula de Crédito Bancário, ocorrido em março e abril, no montante total de R\$ 40.000 mil, (b) através da emissão de Nota Promissória, ocorrida no mês de junho, no montante total de R\$ 35.000 mil e (c) através da renovação de Cédula de Crédito Bancário ocorrida no mês de janeiro, no montante total de R\$ 30.000 mil. Em 31 de dezembro de 2012 não possuíamos saldo com empréstimos tipo ponte, uma vez que o contratos foram liquidados através dos recursos captados via Debêntures

Em 31 de dezembro de 2012, não possuíamos nenhum financiamento para capital de giro em nossas subsidiárias. Também no ano findo em 2011 não possuíamos nenhum financiamento para capital de giro em nossas subsidiárias.

### **e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Somos uma empresa em franca expansão e que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Jackson Empreendimentos Ltda (40,65%), SN Power (40,65%) e FUNCEF (18,7%).

### **Grupo Engevix**

As atividades do Grupo Engevix, que tem a Jackson Empreendimentos Ltda como empresa holding, iniciaram-se por meio da Engevix, uma das mais tradicionais empresas de engenharia do Brasil, com mais de 45 anos de experiência no setor de infraestrutura, engenharia consultiva e construção. Em 2011 o Grupo Engevix faturou R\$ 2,3 bilhões e encerrou o ano de 2012 com 10.381 colaboradores, dos quais cerca de 1.000 engenheiros compunham seu corpo técnico,

possuindo extensa experiência e histórico bem sucedido de projetos no setor elétrico, na área industrial, e em óleo e gás.

Através da Engevix Construções Oceânicas (ECOVIX) o Grupo Engevix detêm contratos da ordem de US\$ 5,9 bilhões para construção de 8 plataformas FPSO e 3 navio-sonda, que se destinarão à produção e estocagem de petróleo que será advindo da exploração da camada do pré-sal. A ECOVIX atualmente dispõem do maior dique seco da América Latina, localizado no complexo portuário do Rio Grande, empreendimento que também possui a FUNCEF como sócia.

O Grupo Engevix reuniu seus investimentos na área de infraestrutura na empresa Infravix a qual detêm as concessões do Aeroporto São Gonçalo do Amarante no estado do Rio Grande do Norte, do Aeroporto Juscelino Kubitschek no Distrito Federal e da Rodovia ViaBahia, com 700 km de extensão, além de possuir investimentos imobiliários e projeto Airship.

A Engevix possui larga experiência em todas as etapas do ciclo de implantação de empreendimentos do setor elétrico, incluindo projetos básicos, construção de plantas de geração e linhas de transmissão. Ao longo de sua história, a Engevix participou em mais de 35.000 MW em projetos de geração de energia operando no Brasil, acumulando extenso conhecimento e experiência no setor elétrico, tendo atuado, dentre outros, nos seguintes projetos: Itaipú Binacional, Tucuruí, Itá, Salto Caxias e Campos Novos. Atualmente a Engevix está envolvida como empresa líder na elaboração do projeto de engenharia de Belo Monte.

Adicionalmente detêm a concessão para construção e exploração comercial da UHE São Roque com capacidade instalada de 135MW, atualmente em construção.

## **SN Power**

Companhia de origem norueguesa, a SN Power é um investidor de longo prazo que atua fora da Europa na geração de energia elétrica, através de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. Fundada em 2002, desde janeiro de 2008 instalou um escritório no Brasil, país que é um de seus principais focos de negócios.

A SN Power é resultado de um joint venture de empresas norueguesas: a Statkraft e o Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 16.430 MW, com usinas na Suécia, Inglaterra e Alemanha, além da própria Noruega. Possui 267 hidroelétricas, 6 eólicas, 22 “district heating and biomass” e 6 termoelétricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. A SN Power está presente hoje, além da Noruega, na América do Sul (Brasil, Chile e Peru) e Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas).



## **FUNCEF**

A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Hoje tem patrimônio ativo total superior a R\$ 45 bilhões e aproximadamente 115 mil participantes.

A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Manual de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor corporativo, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

Investimos em geração de energia elétrica através de fontes renováveis contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que nossos investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura energética nacional, acreditamos que continuaremos contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem nosso crescimento. Em 31 de dezembro de 2012 nosso endividamento bancário de longo prazo era composto em grande parte por instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atreladas diretamente ao Governo Federal. Acreditamos na manutenção das linhas de financiamento de longo prazo uma vez que o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética, atrelado ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal prevê a continuidade dos investimentos no setor.

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

#### f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Nossos projetos em desenvolvimento e em implantação exigem grandes quantidades de investimentos, razão pela qual enfrentamos continuamente a necessidade de recursos adicionais. Por essa razão, a nossa relação entre capital e dívida poderá variar significativamente no futuro.

A tabela apresentada no item 10.1 “b” demonstra o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

#### i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**

<u>Empresas</u>	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	169.402	182.097
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	74.385	81.981
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	TJLP + 2,5	53.856	-
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	51.072	49.552
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	46.619	41.094
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	32.006	37.152
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	28.737	32.590
		<u>456.077</u>	<u>424.466</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT), como a seguir indicados:

	ICSD	PLxAT
Esmeralda S.A.	1,3	NR
Santa Laura S.A.	1,3	0,3
Santa Rosa S.A.	1,2	0,3
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	1,3	0,3
Monel Monjolinho Energética S.A.	1,3	25%
Passos Maia Energética S.A.	1,2	25%
Moinho S.A.	1,2	25%

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas.

- **Financiamentos para construção das usinas - BNB**

<u>Empresas</u>	<u>Encargos</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>financeiros - %</u>	
	<u>a.a.</u>	<u>2012</u>
Macaúbas Energética S.A.	9,5	100.391
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	86.050
Seabra Energética S.A.	9,5	86.039
		<u>272.480</u>





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

- **Financiamento de obras – China Development Bank (CDB)**

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil (R\$102.049) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano.

Juntamente com este contrato de financiamento serão também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

- **Debêntures**

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, vencendo a primeira em 12 de junho de 2013 e a última no dia do vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016.

- **Financiamentos de capital de giro**

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de setembro de 2011 e a última em 8 de agosto de 2013 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

- **Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)**

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

#### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 31 de dezembro de 2012 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

#### **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

**• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

Ativo	dez/12	AV	dez/11	AV	AH
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	127.077	6,53%	41.490	2,40%	206,28%
Aplicação financeira restrita	0	0,00%	24.799	1,43%	-100,00%
Contas a receber	28.675	1,47%	34.505	1,99%	-16,90%
Dividendos a receber	777	0,04%	0	0,00%	100,00%
Impostos a recuperar	4669	0,24%	3.560	0,21%	31,15%
Estoques	1.030	0,05%	696	0,04%	47,99%
Outros ativos	4.832	0,25%	18.627	1,08%	-74,06%
Investimento mantidos para venda	16.976	0,87%	0	0,00%	100,00%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>184.036</b>	<b>9,45%</b>	<b>123.677</b>	<b>7,14%</b>	<b>48,80%</b>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	41.929	2,15%	32.081	1,85%	30,70%
Partes relacionadas	43.425	2,23%	33.680	1,95%	28,93%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.604	0,29%	2.051	0,12%	173,23%
Outros ativos	31	0,00%	60	0,00%	-48,33%
	<b>90.989</b>	<b>4,67%</b>	<b>67.872</b>	<b>3,92%</b>	<b>34,06%</b>
Investimentos	187.956	9,65%	136.911	7,91%	37,28%
Imobilizado	1.367.517	70,24%	1.257.604	72,65%	8,74%
Intangível	116.380	5,98%	144.953	8,37%	-19,71%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.762.842</b>	<b>90,55%</b>	<b>1.607.340</b>	<b>92,86%</b>	<b>9,67%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.946.878</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.731.017</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,47%</b>

**CIRCULANTE**

**Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$127.077 mil, apresentando aumento de 206,28% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$41.490 mil. A variação observada é explicada principalmente (i) pelo aumento de R\$103.516 mil no saldo da subsidiária Energen, em função do recebimento do financiamento de longo prazo para a implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, (ii) pelo aumento de R\$6.720 mil no saldo da Desenvix Controladora, em função do saldo remanescente das Debêntures, ocorrido no final de 2012. Em contrapartida, observou-se no período uma redução do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” (i) na Seabra, no valor de R\$5.153 mil, (ii) na Novo Horizonte, no valor de R\$8.340 mil e (iii) na Macaúbas, no valor de R\$6.756 mil, em função da

utilização do saldo na implantação dos empreendimentos. O saldo remanescente refere-se a uma redução de caixa e equivalentes de caixa nos demais Empreendimentos.

### **Aplicação financeira restrita**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$24.799 mil, representando investimento em conta reserva por força de contrato de garantia junto à instituição bancária pela carta fiança do empréstimo de R\$120.000 mil junto à SN Power. O valor da aplicação foi liberado no dia 08 de março de 2012, quando a SN Power oficialmente adquiriu participação acionária da Desenvix.

### **Contas a receber**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$28.675 mil, apresentando uma redução de 16,90% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$34.505 mil. A variação observada é explicada principalmente pela (i) redução no saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$15.705 mil da subsidiária Enercasa. Em contrapartida, observou-se no período um aumento do saldo de “Contas a Receber” (i) na Seabra, no valor de R\$1.297 mil, (ii) na Novo Horizonte, no valor de R\$1.179 mil, (iii) na Macaúbas, no valor de R\$1.533 mil, (iv) na Passos Maia, no valor de R\$1.322 mil e (v) na Energen, no valor de R\$1.285 mil, em função do saldo a receber pela comercialização de energia, uma vez que tais empreendimentos entraram em operação comercial durante o ano de 2012. O saldo remanescente refere-se ao aumento “Contas a Receber” dos demais empreendimentos em operação pelo fato da data do recebimento da parcela da fatura, pela venda de energia, ter ocorrido no final de semana, fazendo com que o pagamento ocorresse no mês subsequente.

### **Impostos a recuperar**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$4.669 mil, apresentando um aumento de 31,15% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$3.560 mil. Esta variação decorre, principalmente, da reclassificação da receita faturada da subsidiária Enercasa para passivo a longo prazo, acarretando em recuperação de PIS e COFINS. O detalhamento da reclassificação mencionada acima é encontrado na explicação da variação da conta “Provisão para contrato de energia” do passivo circulante, a seguir.

### **Outros ativos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$4.832 mil, uma redução de 74,06% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$18.627 mil. Esta variação

## Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

decorre principalmente (i) pela redução de R\$9.659 mil com despesas antecipadas da Desenvix Controladora pela reclassificação das despesas com IPO para contas a receber com partes relacionadas e (ii) pela redução de R\$ 4.983 mil de outros ativos da Santa Rosa, pelo recebimento do seguro fruto sinistro ocorrido no início de 2011, quando a casa de força foi inundada pela forte chuva que atingiu a região onde o empreendimento está localizado.

### **Investimentos mantidos para venda**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Investimentos mantidos para venda” atingiu R\$16.976 mil, enquanto que em 31 de dezembro de 2011 o saldo era nulo. O saldo de 31 de dezembro de 2012 representa os investimentos realizados nos projetos SE Caldas Novas, no valor de R\$1.373 mil e na UHE São Roque, no valor de R\$15.603 mil, ativos que serão vendidos no curto prazo.

### **Ativo circulante total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$184.036 mil, apresentando um aumento de 48,80% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$123.677 mil.

## **NÃO CIRCULANTE**

### **Aplicação financeira restrita**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$41.929 mil, apresentando um aumento de 30,70% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$32.081 mil. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de “Conta Reserva” (i) no valor de R\$1.907 mil em nome da Passos Maia, (ii) no valor de R\$1.885 mil em nome da Moinho, ambos decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNDES e (iii) no valor de R\$4.938 mil em nome da Desenvix Controladora, decorrente das garantias do contrato de emissão das Debêntures.

### **Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$43.425 mil, apresentando um aumento de 28,93% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo foi de R\$33.680 mil. Esta variação decorreu, principalmente (i) do aumento de R\$ 3.570 mil com o controlador Jackson, (ii) do aumento de R\$ 1.092 mil com o controlador FUNCEF,

ambos em função dos valores a serem reembolsados com os custos do IPO e (iii) do aumento de R\$3.087 mil com a Engevix, pelo valor a ser reembolsado com o projeto de Baixo Iguaçu.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social diferidos” foi de R\$5.604 mil, apresentando um aumento de 173,23% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo foi de R\$2.051 mil. Esta variação decorreu, principalmente do aumento do Imposto de renda e contribuição social diferidos da subsidiária Monel, em função do seu resultado de 2012.

### **Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$187.956 mil, apresentando um aumento de 37,28% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$136.911 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento do valor justo da participação minoritária no CERAN, no montante de R\$3.799 mil, (ii) integralização de capital na Goiás Transmissora, no montante de R\$31.215 mil e (iii) integralização de capital na MGE Transmissora, no montante de R\$15.098 mil.

### **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.367.517 mil, apresentando um aumento de 8,74% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.257.604 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente do investimento na construção do empreendimento Barra dos Coqueiros no valor de R\$115.622 mil. Em contrapartida, o imobilizado sofreu redução pela depreciação ocorrida no ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$50.616 mil.

### **Intangível**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Intangível” atingiu R\$116.380 mil, apresentando redução de 19,71% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$144.953 mil. A redução observada foi fruto principalmente (i) da baixa do intangível da Desenvix Controladora, no valor de R\$15.333 mil, em função da reclassificação dos projetos Baixo Iguaçu e UHE São Roque e (ii) da baixa por reclassificação do intangível da Monel, no valor de R\$ 17.425 mil, representado em grande parte pelo Uso do Bem Público.

### **Ativo Não Circulante Total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.762.842 mil, apresentando um aumento de 9,67% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.607.340 mil.

### **Total do Ativo**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.946.878 mil, apresentando um aumento de 12,47% em comparação a 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$1.731.017 mil.





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

**• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>dez/12</b>	<b>AV</b>	<b>dez/11</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	111.733	5,74%	140.880	8,14%	-20,69%
Financiamentos	74.052	3,80%	81.519	4,71%	-9,16%
Partes relacionadas	30.078	1,54%	123.059	7,11%	-75,56%
Concessões a pagar	6.255	0,32%	5.371	0,31%	16,46%
Salários e encargos sociais	4.240	0,22%	2.756	0,16%	53,85%
Impostos e contribuições a recolher	14.886	0,76%	12.610	0,73%	18,05%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6010	0,31%	4.387	0,25%	37,00%
Provisão para contrato de energia	33.058	1,70%	0	0,00%	100,00%
Dividendos propostos	47	0,00%	529	0,03%	-91,12%
Outros passivos	29.725	1,53%	10.381	0,60%	186,34%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>310.084</b>	<b>15,93%</b>	<b>381.492</b>	<b>22,04%</b>	<b>-18,72%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	874.782	44,93%	674.156	38,95%	29,76%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.676	0,34%	6.924	0,40%	-3,58%
Concessões a pagar	55.015	2,83%	66.593	3,85%	-17,39%
Outros Passivos	12.857	0,66%	3.716	0,21%	245,99%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>949.330</b>	<b>48,76%</b>	<b>751.389</b>	<b>43,41%</b>	<b>26,34%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.259.414</b>	<b>64,69%</b>	<b>1.132.881</b>	<b>65,45%</b>	<b>11,17%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	665.312	34,17%	546.787	31,59%	21,68%
Ajuste de avaliação patrimonial	44.432	2,28%	41.867	2,42%	6,13%
Reservas de lucros	8.396	0,43%	7.867	0,45%	6,72%
Lucros acumulados	-31.998	-1,64%	0	0,00%	0,00%
Participação dos não controladores	1.322	0,07%	1.615	0,09%	-18,14%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>687.464</b>	<b>35,31%</b>	<b>598.136</b>	<b>34,55%</b>	<b>14,93%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.946.878</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.731.017</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,47%</b>

**CIRCULANTE**

**Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Fornecedores” foi de R\$111.733 mil, apresentando uma redução de 20,69% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando o saldo foi de R\$140.880 mil. Esta variação decorreu da redução do saldo a pagar a Fornecedores dos nossos

## Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

empreendimentos em construção, os quais entraram em operação durante o ano de 2012, sendo Enercasa R\$ 16.333 mil, Moinho R\$ 2.765 mil e Usinas do Parque Eólico da Bahia R\$ 6.592 mil. Adicionalmente houve redução do saldo a pagar com o Fornecedor Parte Relacionada Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção, no valor de R\$ 2.435 mil.

### **Financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$74.052 mil, apresentando uma redução de 9,16% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$81.519 mil. Tal variação decorre principalmente da redução do saldo de financiamento da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 30.970 mil em função da liquidação dos empréstimos tipo ponte, tomado com o objetivo de garantir o andamento dos nossos empreendimentos em implantação, enquanto o financiamento de longo prazo não fosse liberado. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Financiamentos” a (i) transferência de parcela a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 9.737 mil dos empréstimos tomados junto ao BNDES pelas nossas subsidiárias Enercasa, Passos Maia e Moinho, (ii) transferência de parcela a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 6.973 mil dos empréstimos tomados junto ao BNB pelas nossas subsidiárias Macaúas, Seabra e Novo Horizonte e (iii) transferência de parcela a vencer no curto prazo, no valor de R\$ 6.803 mil do empréstimo tomado junto ao CDB pela nossa subsidiária Energen.

### **Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$ 30.078 mil, apresentando uma redução de 75,56% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$123.059 mil. Tal variação decorre principalmente da redução do saldo do empréstimo de R\$120.000 mil tomado junto a SN Power. Em 08 de março de 2012, esse valor foi transformado em aporte primário de capital.

### **Concessões a Pagar**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$ 6.255 mil, apresentando um aumento de 16,46% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 5.371 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2012.



**Salários e encargos sociais**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$ 4.240 mil, apresentando um aumento de 53,85% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 2.756 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do quadro de colaboradores da nossa subsidiária ENEX.

**Impostos e contribuições a recolher**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Impostos e contribuições a recolher” atingiu R\$ 14.886 mil, apresentando um aumento de 18,05% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 12.610 mil. Tal variação decorre principalmente da provisão de IOF a pagar sobre os empréstimos de mútuo ocorridos entre a Desenvix Controladora e suas subsidiárias, durante o ano de 2012.

**Imposto de renda e contribuição social a recolher**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social a recolher” atingiu R\$ 6.010 mil, apresentando um aumento de 37,00% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 4.387 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, conseqüentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecidos por competência no exercício de 2012.

**Provisão para contrato de energia**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Provisão para contrato de energia” atingiu R\$ 33.058 mil, enquanto que em 31 de dezembro de 2011, o saldo era nulo. Tal variação decorre principalmente (i) da provisão para multa pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, durante o ano de 2012, no valor de R\$ 11.020 mil e (ii) do saldo a pagar pela energia faturada, recebida e não entregue, durante o ano de 2012, pela nossa subsidiária Enercasa, no valor de R\$ 22.038 mil.

**Outros passivos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 29.725 mil, apresentando um aumento de 186,34% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 10.381 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Energen, Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas com (i) projetos sociais relacionados ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o

acabamento do empreendimento, uma vez que os mesmos entraram recentemente em fase de operação.

### **Total do passivo circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2012 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 310.084 mil, apresentando uma redução de 18,72% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 381.492 mil.

### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

#### **Financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$ 874.782 mil, apresentando um aumento de 29,76% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 674.156 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da liberação do financiamento do BNDES da UTE Decasa, no valor de R\$ 55.504 mil, ocorrido em janeiro de 2012, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 7.600 mil, ocorrido em janeiro de 2012, tendo afetado nosso balanço em 50% do valor haja visto nossa participação no empreendimento, (iii) da liberação do financiamento do CDB da Energen, no valor de R\$ 102.049 mil, ocorrido em dezembro de 2012 e (iv) da captação de R\$ 100.000 mil em Debêntures, pela Desenvix Holding, ocorrida no mês de dezembro de 2012.

Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do saldo não circulante de financiamentos a (i) transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 27.939 mil, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monjolinho, Moinho e Passos Maia, (ii) transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 6.803 mil, do empréstimo tomado junto ao CDB pela Energen, (iii) transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 6.973 mil, dos empréstimos tomados junto ao BNB dos empreendimentos Seabra, Macaúbas e Novo Horizonte, além da transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$ 6.469 mil dos empréstimos tomados junto ao FINEP da Desenvix Controladora.

#### **Concessões a pagar**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$ 55.015 mil, apresentando uma redução de 17,39% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 66.593 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito da mudança da

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2012.

### **Outros passivos**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$ 12.857 mil, apresentando um aumento de 245,99% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 3.716 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Energen, Seabra, Novo Horizonte, Macaúbas e Moinho com (i) projetos sociais relacionados ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o acabamento do empreendimento, uma vez que os mesmos entraram recentemente em fase de operação.

### **Total de passivo não circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$ 949.330 mil, apresentando um aumento de 26,34% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 751.389 mil.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Patrimônio líquido” foi de R\$ 686.142 mil, apresentando um aumento de 15,02% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 596.521 mil. Esta variação se deu por força do aumento na conta “Capital Social”, em função da integralização de R\$120.000 mil pelo controlador SN Power e em menor escala pela variação no ajuste de avaliação patrimonial decorrente da avaliação das nossas participações não controladoras nos empreendimentos CERAN e Dona Francisca. Por outro lado, contribuiu para a redução do “Patrimônio líquido” o prejuízo de R\$ 31.998 mil referente ao exercício de 2012.

### **Participação dos não controladores**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de “Participação dos não controladores” era de R\$ 1.322 mil, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

### **Total do passivo e patrimônio líquido**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 1.946.878 mil, apresentando um aumento de 12,47% em comparação com 31 de dezembro de 2011, quando atingiu R\$ 1.731.017 mil.



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

• **COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.**

	2012	2011	AH
<b>Receita</b>			
Fornecimento de energia elétrica	175.609	130.061	35,02%
Serviços prestados	22.618	13.342	69,52%
<b>Receita operacional</b>	<b>198.227</b>	<b>143.403</b>	<b>38,23%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	-76.728	-64.524	18,91%
Custo dos serviços prestados	-14.261	-9.309	53,20%
	<b>-90.989</b>	<b>-73.833</b>	<b>23,24%</b>
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>107.238</b>	<b>69.570</b>	<b>54,14%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	-48.445	-28.213	71,71%
Com estudos em desenvolvimento	-3.793	-4.352	-12,84%
Perdas com contratos de energia	0	-2.466	-100,00%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	73	-276	-126,45%
	<b>-52.165</b>	<b>-35.307</b>	<b>47,75%</b>
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>55.073</b>	<b>34.263</b>	<b>60,74%</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	-92.806	-54.729	69,57%
Receitas financeiras	7.592	7.083	7,19%
	<b>-85.214</b>	<b>-47.646</b>	<b>78,85%</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial	3.437	1.580	117,53%
Dividendos recebidos	1074	941	14,13%
Ganho com investimento	441	17264	-97,45%
Amortização de Agio sobre investimento	-1150	-383	200,26%
Provisão para passivo a descoberto	0	0	0,00%
	<b>3.802</b>	<b>19.402</b>	<b>-80,40%</b>
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>-26.339</b>	<b>6.019</b>	<b>-537,60%</b>
Imposto de renda e contribuição social	-5.283	-3.571	47,94%
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	<b>-31.622</b>	<b>2.448</b>	<b>-1391,75%</b>
<b>Atribuível aos:</b>			
Acionistas da Controladora	-31.998	2.546	-1356,79%
Participação de não controladores	376	-98	-483,67%
	<b>-31.622</b>	<b>2.448</b>	<b>-1391,75%</b>
<b>(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações</b>	<b>-0,2978</b>	<b>0,0255</b>	<b>-1267,84%</b>

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

## **Receita operacional**

Em 2012 a receita operacional total somou R\$ 198.227 mil, representando aumento de 38,23% na comparação com 2011, quando o valor foi de R\$ 143.403 mil. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 35,02% da receita operacional de fornecimento de energia elétrica e pelo aumento de 69,52% da receita operacional de serviços.

Os componentes da receita operacional e suas variações são tratados a seguir:

### ***Fornecimento de energia elétrica***

Em 2012, o fornecimento de energia elétrica gerou receita de R\$ 175,6 milhões, apresentando um aumento de 35% em comparação com 2011, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 130,1 milhões. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2012 decorreu principalmente (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs e UHE, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, contribuindo com R\$ 7,3 milhões adicionais à receita líquida (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, tendo operado durante os 12 meses de 2012, contribuindo com R\$ 6,9 milhões adicionais, (iii) da receita de venda de energia da PCH Passos Maia, a qual entrou em operação durante o mês de fevereiro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 11,2 milhões, já considerando a participação de 50% da Desenvix no empreendimento, (iv) da receita de venda de energia das Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, as quais entraram em operação durante o mês de julho de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 23,2 milhões, (v) da receita de venda de energia da Eólico Barra dos Coqueiros, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 7,6 milhões, (vi) pelo aumento de outras receitas da PCH Santa Rosa, a qual contabilizou perda de R\$ 2,8 milhões em 2011 como penalidade pela não disponibilidade no sistema em parte do ano, em função do sinistro ocorrido na casa de força da usina e (vii) pela comercialização no mercado livre da energia excedente ao Contrato de Compra e Venda de Energia da UTE Enercasa no valor de R\$ 4,3 milhões.

Em contrapartida ao aumento na receita de fornecimento de energia elétrica em 2012, a queda na receita da UTE Decasa contribuiu para sua redução. A receita faturada com a energia não entregue pela UTE Decasa foi reclassificada para o contas a pagar de longo prazo, contribuindo assim para a redução de R\$ 17 milhões da receita.

### ***Serviços prestados***



### *Serviços prestados de O&M*

Em 2012, a receita de serviços de O&M somou R\$ 22,5 milhões, representando um aumento de 71,3% em relação a 2011, quando atingiu R\$ 13,1 milhões. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1<sup>a</sup> de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 31 de dezembro de 2012, a ENEX possuía 34 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.155 MW, representando um aumento de 6,7% na comparação com 31 de dezembro de 2011, quando possuía 31 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 1.082 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

<b>Contratos em carteira</b>	<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2012</b>	<b>Variação % 2012 x 2011</b>
<b>Quantidade Total</b>	<b>31</b>	<b>34</b>	<b>9,7</b>
- Em operação	26	34	30,8
- Em construção	5	-	-100
<b>Potência Total (MW)</b>	<b>1.082</b>	<b>1.155</b>	<b>6,7</b>
- Em operação	955	1.155	20,9
- Em construção	127	-	-100

### *Serviços prestados de outros serviços*

Em 2012, a receita de outros serviços prestados somou R\$ 101 mil, uma redução de 49% em relação a 2011, quando atingiu R\$ 198 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento da Desenvix Controladora, composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além da prestação de serviços de consultoria.



## **Custos**

O custo totalizou R\$ 90.989 mil em 2012, apresentando um aumento de 23,24% na comparação com 2011, quando atingiu R\$ 73.833 mil, equivalente a 45,9% e 51,5% da receita operacional líquida de 2012 e 2011, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, pelo aumento de 18,91% do custo do fornecimento de energia elétrica e pelo aumento de 53,20% do custo dos serviços prestados.

Os componentes do custo e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

### ***Custo do fornecimento de energia elétrica***

Diferentemente das Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2012, onde o custo com compra de energia é somado ao custo de fornecimento de energia elétrica, destacamos o custo com compras de energia para tratarmos do tema separadamente em função da influência sobre o resultado econômico de 2012 da Companhia.

#### ***Fornecimento de energia elétrica***

O custo do fornecimento de energia elétrica em 2012 foi de R\$ 69,3 milhões, apresentando aumento de 73,4%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 39,9 milhões. O crescimento tem como principal causa o aumento na quantidade de usinas em operação, sendo (i) PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, tendo operado durante os 12 meses de 2012, contribuindo com R\$ 3,3 milhões adicionais, (ii) UTE Decasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, tendo operado durante os 12 meses de 2012 contribuindo com R\$ 6,7 milhões, (iii) PCH Passos Maia, a qual entrou em operação durante o mês de fevereiro de 2012, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 3,8 milhões, já considerando a participação de 50% da Desenvix no empreendimento, (iv) Usinas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, as quais entraram em operação durante o mês de julho de 2012, contribuindo com R\$ 13,6 milhões e (v) Eólico Barra dos Coqueiros, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2012, contribuindo com R\$ 2,3 milhões. Em 2012 o custo com depreciação representou 73,1% do custo com fornecimento de energia elétrica, totalizando R\$ 50,6 milhões, sendo influenciada pela taxa média de depreciação de 25 anos dos Empreendimentos Eólicos, mais acelerada que a média de 30 anos das PCHs e 35 anos das UHEs.

#### ***Custo com compra de energia elétrica***

O custo com compra de energia elétrica em 2012 foi de R\$ 7,5 milhões, apresentando redução de 69,6%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 24,6 milhões. Os custos com compra

## Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

de energia elétrica tiveram como objetivo o cumprimento da oferta de energia conforme firmado no Contrato de Compra e Venda de Energia das subsidiárias da Desenvix, com destaque para:

(i) Compra de energia para a PCH Passos Maia, no valor de R\$ 1,4 milhão (50%), para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização da energia a partir do mês de janeiro de 2012. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de fevereiro de 2012, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de janeiro de 2012. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$ 117,11, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em janeiro de 2012 era R\$ 175,94.

(ii) a mitigação da falta de fornecimento de bagaço de cana da Usina PauD'elho para a subsidiária Enercasa, através da aquisição de bagaço de cana de terceiros no valor total de R\$ 2,0 milhões;

(iii) Compra de energia no mercado livre, pela subsidiária Enercasa, no valor total de R\$ 4,1 milhões relativo à comercialização da energia excedente da Enercasa, a qual possui receita equivalente de R\$ 4,3 milhões;

### ***Custo dos serviços prestados***

#### *Serviços de O&M*

O custo dos serviços de O&M prestados em 2012 foi de R\$ 14,2 milhões, apresentando um aumento de 75,8%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 8 milhões. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com 328 funcionários. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados em 2012 foi aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1<sup>a</sup> de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

#### *Outros serviços*

O custo dos outros serviços em 2012 foi de R\$ 0,1 milhão, apresentando uma redução de 91,5%, em comparação com 2011, quando atingiu R\$ 1,3 milhão. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do

reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

### **(Despesas) receitas operacionais**

No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012, as despesas operacionais atingiram R\$29.804 mil, apresentando um aumento de 30,1% em comparação com o período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011, quando atingiram R\$22.917 mil. As despesas operacionais representaram 19,7% e 26,1% da receita operacional líquida do período compreendido entre os nove primeiros meses de 2012 e 2011, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

#### ***Despesas gerais e administrativas:***

Em 2012, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 48,4 milhões, apresentando aumento de 71,71% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 28,2 milhões. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 4,6 milhões, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, da transferência das operações administrativas para Florianópolis, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas, (ii) do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 3,3 milhões, especialmente em função da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa, das Usinas do Complexo Eólico da Bahia e da Usina Eólica de Barra dos Coqueiros que acrescentaram R\$ 4,3 milhões às despesas administrativas e (iii) do aumento R\$ 1,3 milhão dos gastos da Desenvix Holding, principalmente pelo compartilhamento dos serviços administrativos de Informática e Recursos Humanos com a Controladora Jackson/Engevix, além do pagamento de R\$ 0,8 milhão de bônus aos funcionários e Diretores. Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas gerais e administrativas a reclassificação de R\$ 1,2 milhão de despesas com comissão de fiança da UHE Monjolinho para despesa financeira.

Também faz parte do grupo das despesas gerais e administrativas, as despesas com honorários da administração. Em 2012, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4,6 milhões, apresentando um aumento de 5,5% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 4,4 mil. A variação é resultado (i) da correção salarial ocorrido durante 2012, (ii) a partir de 2012 o INSS patronal incidente sobre honorários passou a ser considerado como Honorários da administração. Por outro lado, favoreceu para a redução das despesas com honorários da administração a vacância da posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o qual foi representado, durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa, pelo Diretor Presidente da Companhia, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

Em 2012 foi provisionada multa pela não entrega de energia da nossa subsidiária Enercasa, tendo afetado as despesas gerais e administrativas em \$ 11 milhões.

### **Com estudos em desenvolvimento**

Em 2012, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 3,8 milhões, apresentando redução de 12,8% na comparação com 2011, quando o valor foi de R\$ 4,3 milhões. As despesas com custos refletem os valores investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. Em 2012 a Companhia destinou parte considerável dos recursos no desenvolvimento dos projetos da UHE Foz do Piquiri, UHE Comissário e Rio Taquari Antes, que juntas, foram responsáveis por R\$ 2,9 milhões do total gasto.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, em 2012, a Companhia investiu R\$ 3,8 milhões com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 3,8 milhões foram apropriados ao resultado. O saldo, em 31 de dezembro de 2012, da conta ativo intangível era de R\$ 17,2 milhões, tendo sofrido redução, na comparação com 31 de dezembro de 2011, pela transferência dos custos a serem reembolsados pelo desenvolvimento da UHE São Roque para contas a receber com partes relacionadas com a própria São Roque Energética S.A., além da baixa pelo recebimento do reembolso referente ao desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu ocorrido no mês de setembro.

Tabela: Desenvix Controladora:

<b>Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Incorridos no período</b>	<b>7.228</b>	<b>3.793</b>
<b>Apropriados ao Resultado</b>	<b>4.352</b>	<b>3.793</b>
<b>Saldo Ativo Intangível</b>	<b>32.516</b>	<b>17.183</b>



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

### **Perdas com contratos de energia**

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo ao final de 2012. O saldo de R\$ 2,5 milhões observado no final de 2011 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010, sendo reconhecida pela Companhia e baixada a provisão para passivo a descoberto em dezembro de 2011.

### **Outras despesas (receitas) operacionais líquidas**

Em 2012 as outras receitas operacionais líquidas atingiram uma receita de R\$ 73 mil, em comparação com uma despesa de R\$ 276 mil em 2011. O valor de 2012 é composto principalmente pela receita de R\$ 32 mil, referente à alienação de bens da subsidiária ENEX.

### **Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias**

Em função do acima exposto, em 2012, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 55.073 mil, apresentando um aumento de 60,74% sobre 2011, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$ 34.263 mil.

### **Resultado financeiro**

Em 2012, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 85.214 mil, aumento de 78,85% na comparação com 2011, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 47.646 mil.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

<b>Resultado Financeiro (R\$ mil)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Variação % 2012 x 2011</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(54.729)</b>	<b>(92.806)</b>	<b>69,6</b>
- Com financiamentos	(44.899)	(55.640)	23,9
- Cartas de fiança bancária	(2.794)	(18.642)	567,2
- IOF e multa e juros sobre tributos	(3.564)	(5.793)	62,5
- Variações monetárias passivas	(192)	(490)	155,2
- Concessões a pagar e outras despesas	(3.280)	(12.241)	273,2
<b>Receitas financeiras</b>	<b>7.083</b>	<b>7.592</b>	<b>7,2</b>
- Com aplicações financeiras	5.053	3.797	-24,9
- Variações monetárias ativas	2	3.795	100,0
- Juros e outras	2.028	-	-100,0
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(47.646)</b>	<b>(85.214)</b>	<b>78,8</b>



***Despesas financeiras***

Em 2012, as despesas financeiras atingiram R\$ 92,8 milhões, apresentando um aumento de 69,6% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 54,7 milhões. Tal variação é decorrente da combinação dos seguintes fatores: (i) do aumento com despesas de cartas de fiança bancária, em função (a) do reconhecimento das despesas no valor de R\$ 5,1 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo Controlador Jackson e Engevix, referente ao período de janeiro 2011 até março de 2012, tendo como objetivo as garantias dadas aos empréstimos de longo prazo tomados pelas subsidiárias da Desenvix e (b) do reconhecimento das despesas no valor de R\$ 7,8 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo Controlador Jackson e Engevix, referente ao período de março 2012 até dezembro de 2012, (ii) do aumento com despesas de concessões a pagar referente à contribuição pela Utilização do Bem Público da UHE Monjolinho, em função do reconhecimento no resultado de 2012 da correção monetária ocorrida no ano anterior, no valor de R\$ 5 milhões, (iii) do aumento das despesas financeiras com IOF, no valor de R\$ 5,7 milhões que tiveram como fonte a captação dos empréstimos ponte (R\$ 0,6 milhões), a provisão para mútuo entre nossas subsidiárias (R\$ 2,9 milhões) e o empréstimo tomado junto ao nosso Controlador SN Power (R\$ 2,2 milhões) e (iv) do aumento das despesas financeiras com financiamentos, principalmente em função da entrada em operação da PCH Moinho, PCH Passos Maia, UTE Enercasa e Usinas do Complexo Eólico da Bahia, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES na conta de resultado, contribuindo com R\$ 19,5 milhões para o aumento. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensada (i) pela redução de R\$ 1,5 milhão das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem (ii) pela redução de R\$ 3,1 milhões no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa e UHE Monjolinho, uma vez que os juros pagos são decrescentes e em função da redução da taxa TJLP, a partir de julho de 2012, de 6% para 5,5%.

***Receitas financeiras***

Em 2012, as receitas financeiras atingiram R\$ 7,6 milhões, apresentando de aumento de 7,1% em comparação com 2011, quando atingiram R\$ 7,1 milhões. Tal variação é decorrente principalmente do aumento com variações monetárias ativas atreladas à correção monetária (a) dos direitos a receber da UHE São Roque, referente ao seu reembolso, (b) da correção do mútuo com a Usina PauDalho e (c) do correção monetária incidente sobre o recebimento do reembolso do custo de desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu. Por outro lado, contribuiu para a redução das receitas financeiras a (i) redução da receita com aplicações financeiras,



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

relacionadas à queda do CDI, indicador utilizado para a correção de nossas aplicações financeiras e (ii) redução de juros e outras receitas financeiras.

## Resultados de participações societárias

Em 2012, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 3.802 mil, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 19.402 mil de 2011.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

<b>Resultado de participações societárias (R\$ mil)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
- Equivalência patrimonial	1.580	3.437
- Dividendos recebidos	941	1.074
- Ganho com investimentos	17.264	441
- Amortização de ágio	(383)	(1.150)
<b>Resultado de participações</b>	<b>19.402</b>	<b>3.802</b>

### *Equivalência patrimonial*

O resultado da equivalência patrimonial de 2012 é composto principalmente pelo resultado positivo das subsidiárias Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,1 milhões e MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 1,1 milhão.

### *Dividendos recebidos*

Em 2012, recebemos dividendos da nossa participação societária minoritária mantida nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas, totalizando R\$ 1,1 milhão.

### *Ganho/perda com investimento*

O valor de ganho com investimento no ano de 2012 representa o ágio no aumento de participação na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A, na qual a Desenvix passou de 88,33% para 95,0% de participação em setembro de 2012. Já o resultado de 2011 representa o ágio no aumento de participação da subsidiária ENEX, na qual a Desenvix passou de 50% para 100% de participação em setembro de 2011.

### *Amortização de Ágio sobre investimento*

Mensalmente a Desenvix reconhece em seu resultado, o valor de R\$ 95 mil (R\$ 1.150 milhão/ano), como amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

### **Imposto de renda e contribuição social do exercício**

Durante 2012 a Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2012, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 5,3 milhões, contra R\$ 3,6 milhões de 2011. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação dos investimentos disponíveis para venda. A diferença entre as apurações decorre da conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs (a) Uso do Bem Público, (b) Depreciação pelo prazo de concessão e (c) Provisão para custos socioambientais.

### **PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES**

Em 2012, a participação de não controladores foi de R\$ 376 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A..

### **(Prejuízo) Lucro líquido do exercício**

Em 2012, foi registrado prejuízo líquido de R\$ 32 milhões, enquanto que em 2011 apuramos lucro líquido de R\$ 2,5 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

**• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

Ativo	Dez 2011	AV	Dez 2010	AV	AH
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	41.490	2,40%	57.672	5,09%	(28,06)%
Aplicação financeira restrita	24.799	1,43%	0	0,00%	0,00%
Contas a receber	34.505	1,99%	28.107	2,48%	22,76%
Impostos a recuperar	3.560	0,21%	2.288	0,20%	55,59%
Estoques	696	0,04%	653	0,06%	6,58%
Outros ativos	4.982	0,29%	0	0,00%	100,00%
Despesas antecipadas	13.645	0,79%	4.688	0,41%	191,06%
	<b>123.677</b>	<b>7,14%</b>	<b>93.408</b>	<b>8,24%</b>	<b>32,41%</b>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Aplicação financeira restrita	32.081	1,85%	18.139	1,60%	76,86%
Partes relacionadas	33.680	1,95%	26.379	2,33%	27,68%
Imposto de renda diferido	2.051	0,12%	0	0,00%	100,00%
Outros ativos	60	0,00%	7	0,00%	757,14%
	<b>67.872</b>	<b>3,92%</b>	<b>44.525</b>	<b>3,93%</b>	<b>52,44%</b>
Investimentos	136.911	7,91%	87.660	7,73%	56,18%
Imobilizado	1.257.604	72,65%	807.875	71,26%	55,67%
Intangível	144.953	8,37%	100.270	8,84%	44,56%
Total do ativo não circulante	<b>1.607.340</b>	<b>92,86</b>	<b>1.040.330</b>	<b>91,76%</b>	<b>54,50%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.731.017</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.133.738</b>	<b>100,00%</b>	<b>57,68%</b>

**CIRCULANTE**

**Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$41.490 mil, apresentando uma redução de 28,06% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$57.672 mil. A variação observada é explicada principalmente (i) pela redução de R\$38.800 mil no saldo da Desenvix Controladora, valor utilizado para investimento nas subsidiárias em implantação durante o ano de 2011. Em contrapartida, observou-se no período um aumento do saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” (i) na Seabra, no valor de R\$6.400 mil, (ii) na Novo Horizonte, no valor de R\$9.500 mil, (iii) na Macaúbas, no valor de R\$8.600 mil e (iv) Passos Maia, no valor de R\$2.000 mil, em função do saldo remanescente da parcela do

financiamento de longo prazo. O saldo remanescente refere-se a uma redução de caixa e equivalentes de caixa nos demais Empreendimentos.

### **Aplicação financeira restrita**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era nulo, enquanto o saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$24.799 mil, representando investimento em conta reserva por força de contrato de garantia junto à instituição bancária pela carta fiança do empréstimo de R\$120.000 mil junto à SN Power. O valor da aplicação foi liberado no dia 08 de março de 2012, quando a SN Power oficialmente adquiriu participação acionária da Desenvix.

### **Contas a receber**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$34.505 mil, apresentando um aumento de 22,76% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$28.107 mil. A variação observada é explicada principalmente pelo (i) saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$17.867 mil da subsidiária Enercasa. Por outro lado, contribuiu para a redução no saldo de “Contas a Receber” o (i) recebimento do reembolso dos custos incorridos com o projeto UHE Garibaldi no montante de R\$6.416 mil e o (ii) recebimento do depósito judicial da subsidiária Monel no valor de R\$5.556 mil.

### **Impostos a recuperar**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$3.560 mil, apresentando um aumento de 55,59% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.288 mil. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento contábil de um saldo de tributos compensáveis na Desenvix Controladora no valor de R\$663 mil, sendo tal valor fruto da retenção do imposto de renda das aplicações financeiras.

### **Despesas antecipadas**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Despesas antecipadas” atingiu R\$13.645 mil, um aumento de 191,06% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$4.688 mil. Esta variação decorre principalmente (i) das despesas com abertura de capital na Desenvix Controladora no valor R\$6.500 mil, (ii) do pagamento dos prêmios de seguros de responsabilidade civil e risco de engenharia das subsidiárias e (iii) do pagamento de seguro garantia da subsidiária Macaúbas, no valor de R\$1.100 mil.



## **Ativo circulante total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$123.677 mil, apresentando um aumento de 32,41% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$93.408 mil.

## **NÃO CIRCULANTE**

### **Aplicação financeira restrita**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$32.081 mil, apresentando um aumento de 76,86% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$18.139 mil. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de “Conta Reserva” no valor de R\$5.238 mil em nome da Macaúbas, no valor de R\$4.489 mil em nome da Novo Horizonte e no valor de R\$4.489 mil em nome da Seabra, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNB.

### **Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$33.680 mil, apresentando um aumento de 27,68% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo foi de R\$26.379 mil. Esta variação decorreu, principalmente (i) do repasse na forma de mútuo ao longo do exercício de 2011 de (a) R\$2.993 mil da Desenvix Controladora à Usina Pau D’Alho, (b) repasse de R\$4.275 mil da Desenvix Controladora à Funcef e (c) do repasse de R\$14.529 mil da Desenvix Controladora à Jackson. Em contrapartida, o aumento no saldo foi parcialmente compensado pela liquidação do saldo de mútuo da Desenvix Controladora com a Engevix no montante de R\$10.655 mil ao longo do exercício de 2011.

### **Investimentos**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$136.911 mil, apresentando um aumento de 56,18% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$87.660 mil. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento de R\$500 mil no investimento em terras relacionadas aos nossos Empreendimentos e nosso Portfólio de Projetos, (ii) da integralização de capital na EPP, no montante de R\$858 mil, (iii) do aumento do valor justo da participação minoritária no CERAN, no montante de R\$8.840 mil, (iv)

integralização de capital na Goiás Transmissora, no montante de R\$20.857 mil e (v) integralização de capital na MGE Transmissora, no montante de R\$17.497 mil.

### **Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.257.604 mil, apresentando um aumento de 55,67% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$807.875 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do ativo imobilizado decorrente dos investimentos nos Empreendimentos em Construção, sendo (i) R\$51.002 mil referentes à Moinho, (ii) R\$289.887 mil referente ao Complexo Eólico Bahia, (iii) R\$38.370 mil referente à Passos Maia, e (iv) R\$70.611 mil referente à Enercasa. Em contrapartida, o imobilizado sofreu redução pela depreciação ocorrida no ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$24.198 mil.

### **Intangível**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Intangível” atingiu R\$144.953 mil, apresentando um aumento de 44,56% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$100.270 mil. O aumento observado foi fruto principalmente do ágio na aquisição da ENEX, no valor de R\$ 46.611 mil.

### **Ativo Não Circulante Total**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.607.340 mil, apresentando um aumento de 54,50% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.040.330 mil.

### **Total do Ativo**

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.731.017 mil, apresentando um aumento de 57,68% em comparação a 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.113.738 mil.



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

**• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

Passivo e patrimônio líquido	Dez 2011	AV	Dez 2010	AV	AH
<b>Circulante</b>					
Fornecedores					
Partes relacionadas	6.505	0,38%	18.267	1,61%	(64,39%)
Terceiros	134.375	7,76%	24.211	2,14%	455,02%
Financiamentos	81.519	4,71%	47.920	4,23%	70,11%
Partes relacionadas	123.059	7,11%	909	0,08%	13.437,84%
Contas a pagar por aquisição de terras	3.601	0,21%	4.972	0,44%	(27,57)%
Provisão para custos socioambientais	2.647	0,15%	1.801	0,16%	46,97%
Concessões a pagar	5.371	0,31%	5.266	0,46%	1,99%
Salários e encargos sociais	2.756	0,16%	1.365	0,12%	101,90%
Indenizações a pagar	532	0,03%	356	0,03%	49,44%
Impostos e contribuições	12.610	0,73%	7.534	0,66%	67,37%
Imposto de renda e contribuição social	4.837	0,25%	2.288	0,20%	91,74%
Dividendos propostos a pagar	529	0,03%	0	0,00%	100,00%
Outros passivos	3.601	0,21%	1.792	0,16%	100,95%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>381.492</b>	<b>22,04%</b>	<b>116.681</b>	<b>10,29%</b>	<b>226,95%</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	674.156	38,95%	351.092	30,97%	92,02%
Indenizações a pagar	2.012	0,12%	1.988	0,18%	1,21%
Imposto de Renda Diferido	6.924	0,40%	3.505	0,31%	97,55%
Provisão para perda em contrato de fornecimento de energia	0	0,00%	2.237	0,20%	0,00%
Provisão para custos socioambientais	1.704	0,10%	2.626	0,23%	(35,11%)
Concessões a pagar	66.593	3,85%	67.385	5,94%	(1,18%)
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>751.389</b>	<b>43,41%</b>	<b>428.833</b>	<b>37,82%</b>	<b>75,22%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	546.787	31,59%	546.787	48,23%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	41.867	2,42%	35.587	3,14%	17,65%
Reservas de lucros	7.867	0,45%	5.850	0,52%	34,48%
Participação dos não controladores	1.615	0,09%	0	0,00%	100,00%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.731.017</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.133.738</b>	<b>100,00%</b>	<b>52,68%</b>

## **CIRCULANTE**

### **Fornecedores**

#### *Partes relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Fornecedores - Partes relacionadas” foi de R\$6.505 mil, apresentando uma redução de 64,39% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo foi de R\$18.267 mil. Esta variação decorreu principalmente da redução do saldo devido à Engevix decorrente dos serviços de EPC de nossos Empreendimentos em Construção.

#### *Terceiros*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Fornecedores – Terceiros” foi de R\$134.375 mil, apresentando um aumento de 455,02% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$24.211 mil. Tal variação decorreu principalmente do aumento nos gastos com serviços de EPC pela (i) da construção do Parque Eólico da Bahia, da PCH Passos Maia, e da UTE Enercasa.

### **Financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$81.519 mil, apresentando um aumento de 70,11% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$47.920 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do saldo de financiamento da Desenvix Controladora, em função do saldo de R\$30.000 mil com empréstimo tipo ponte, tomado com o objetivo de garantir o andamento dos nossos empreendimentos em implantação, enquanto o financiamento de longo prazo não fosse liberado.

### **Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$123.059 mil, apresentando um aumento de 13.437,84% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$909 mil. Tal variação decorre principalmente do saldo do empréstimo de R\$120.000 mil tomado junto a SN Power. Em 08 de março de 2012, esse valor foi transformado em aporte primário de capital.

### **Contas a pagar por aquisição de terras**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Contas a pagar por aquisição de terras” atingiu R\$3.601 mil, apresentando uma redução de 27,57% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$4.972 mil. Tal variação decorreu principalmente da liquidação, no exercício de 2011, do saldo a pagar das terras adquiridas ainda no exercício de 2009.

### **Provisão de Custos Socioambientais**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Provisão de Custos Socioambientais” atingiu R\$2.647 mil, apresentando um aumento de 46,97% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.801 mil. Esta variação decorreu do aumento da provisão de gastos ambientais em função das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Moinho e Enercasa, que entraram em operação durante o ano de 2011.

### **Concessões a Pagar**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$5.371 mil, apresentando um aumento de 1,99% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$5.266 mil. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2011.

### **Salários e encargos sociais**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$2.756 mil, apresentando um aumento de 101,9% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.365 mil. Esta variação decorreu principalmente do aumento do quadro de colaboradores da nossa subsidiária ENEX, que passou de 241 para 343 funcionários.

### **Indenizações a pagar**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$532 mil, apresentando um aumento de 49,44%, em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$356 mil. Esta variação decorreu principalmente da atualização de parte do valor contabilizado na Monel referente à provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.



### **Impostos e contribuições**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Impostos e contribuições” atingiu R\$12.610 mil, apresentando um aumento de 67,37% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$7.534 mil. Tal variação decorre principalmente da provisão de IOF a pagar sobre os empréstimos de mútuo ocorridos entre a Desenvix Controladora e suas subsidiárias, durante o ano de 2011.

### **Imposto de renda e contribuição social**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social” atingiu R\$4.837 mil, apresentando um aumento de 91,74% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.288 mil. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, conseqüentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecidos por competência no exercício de 2011.

### **Dividendos a pagar**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Dividendos a pagar” apresentou saldo nulo, em comparação com um saldo de R\$529 mil em 31 de dezembro de 2011. Tal variação é explicada pela provisão de pagamento mínimo referente ao resultado do exercício de 2011.

### **Outros passivos**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$3.601 mil, apresentando um aumento de 100,95% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.792 mil. Esta variação decorre principalmente da constituição de provisões para gastos da subsidiária Enercasa com (i) projetos sociais relacionados ao empreendimento, (ii) gastos com adequação de meio ambiente e (iii) gastos com o acabamento do empreendimento.

### **Total do passivo circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$381.492 mil, apresentando um aumento de 226,95% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$116.681 mil.

## **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

### **Financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$674.156 mil, apresentando um aumento de 92,02% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$351.092 mil. Esta variação decorre principalmente (i) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 79 milhões, tendo influenciado nosso endividamento consolidado em R\$ 39,5 milhões, haja vista a nossa participação de 50% no empreendimento, (ii) da liberação do financiamento do BNDES da PCH Moinho, no valor de R\$ 47,8 milhões, (iii) da liberação do financiamento do BNB do Parque Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 268 milhões, (iv) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 211 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem e (v) da capitalização de juros das parcelas a vencer no curto prazo, no valor aproximado de R\$ 8 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 8,6 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) a amortização de principal, no valor de R\$ 28,8 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho e (iii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 181 milhões

### **Indenizações a pagar**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Indenizações a pagar” atingiu R\$2.012 mil, apresentando um aumento de 1,21% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo era de R\$1.988 mil. A variação decorre da atualização monetária do valor contabilizado na Monel referente à constituição de provisão para custo de aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas Votouro e Guarani Votouro, conforme termo de compromisso firmado com a FUNAI em 14 de dezembro de 2009.

### **Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta “Provisões para perda em contrato de fornecimento de energia” era nulo, em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo era de R\$2.237 mil. A variação decorre da baixa contábil na Enercasa referente à constituição de provisão para as perdas estimadas em função do atraso na construção do Empreendimento, resultando no não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE.

### **Provisão para Custos Socioambientais**

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Provisão para Custos Socioambientais” atingiu R\$1.704 mil, apresentando uma redução de 35,11% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.626 mil. Esta redução decorre da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” no provisionamento das condicionantes derivadas da Licença de Operação da Monel.

### **Concessões a pagar**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$66.593 mil, apresentando uma redução de 1,18% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$67.385 mil. Esta variação decorre principalmente do efeito da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2011.

### **Total de passivo não circulante**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$751.389 mil, apresentando um aumento de 75,22% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$428.833 mil.

### **Participação dos não controladores**

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de “Participação dos não controladores” era inexistente, em comparação com o saldo de R\$1.615 mil em 31 de dezembro de 2011, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de “Patrimônio líquido” foi de R\$596.521 mil, apresentando um aumento de 1,41% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$588.224 mil. Esta variação se deu por força da variação no ajuste de avaliação patrimonial decorrente da avaliação das nossas participações minoritárias nos empreendimentos CERAN e Dona Francisca, além do aumento no saldo de reservas de lucro.

### **Total do passivo e patrimônio líquido**

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2011 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.731.017 mil, apresentando um aumento de 52,68% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.133.738 mil.



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

**• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.**

	2011	2010	AH
Fornecimento de energia elétrica	130.061	100.232	29,76%
Serviços prestados	13.342	6.114	118,22%
Receita de venda e reembolso de projetos		5.803	
<b>Receita líquida operacional</b>	<b>143.403</b>	<b>112.149</b>	<b>27,87%</b>
Custo das vendas e dos serviços prestados	(9.309)	(9.800)	(5,01%)
Custo do serviço de energia elétrica	(64.524)	(38.163)	69,07%
<b>Lucro bruto</b>	<b>69.570</b>	<b>64.186</b>	<b>8,39%</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	(23.817)	(15.341)	55,25%
Honorários da administração	(4.396)	(2.392)	83,78%
Com estudos em desenvolvimento	(4.352)	1.795	(342,45%)
Perdas com contratos de energia	(2466)	-	
Outras receitas operacionais, líquidas	(276)	1.577	(118%)
	(35.307)	(14.361)	145,85%
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>34.263</b>	<b>49.825</b>	<b>(31,23%)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	(54.729)	(45.228)	21,01%
Receitas financeiras, líquidas de tributos	7.083	7.623	(7,08%)
	<b>(47.646)</b>	<b>(37.605)</b>	<b>26,70%</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial	1.580	(89)	(1875,28%)
Dividendos recebidos	941	212	343,87%
Ganho com Investimento	17.264	0	
Amortização direitos - contratos firmes	(383)	0	
	<b>19.402</b>	<b>123</b>	
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>6.019</b>	<b>12.343</b>	<b>(51,24%)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(3.571)	(2.706)	31,97%
<b>Lucro líquido (prejuízo) antes da participação de minoritários</b>	<b>2.448</b>	<b>9.637</b>	<b>(74,60%)</b>
Atribuível a			
Acionistas da companhia	2.546	8.924	(71,47%)
Participação de não controladores	(98)	713	(113,74%)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>2.448</b>	<b>9.637</b>	<b>(74,60%)</b>

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

### **Receita operacional líquida**

Em 2011, a receita operacional líquida total somou R\$ 143,4 milhões, representando aumento de 27,9% na comparação com 2010, quando o valor foi de R\$ 112,1 milhões. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 29,8% da receita líquida de fornecimento de energia elétrica do período, além do aumento de 144,2% da receita líquida de serviços de O&M. O aumento na receita operacional líquida total foi parcialmente compensado pela redução de 72,9% da receita líquida de outros serviços, além da receita com reembolso de projetos em 2011 ter sido nula.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

### ***Fornecimento de energia elétrica***

Em 2011, o fornecimento de energia elétrica gerou receita líquida de R\$ 130,1 milhões, apresentando um aumento de 29,8% em comparação com 2010, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 100,2 milhões. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011 decorreu (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 4,6 milhões, (iii) da receita de venda de energia da UTE Enercasa, a qual entrou em operação durante o mês de outubro de 2011, entretanto por força contratual contribuiu com a receita líquida de R\$ 21,2 milhões referente ao fornecimento dos 12 meses do ano (maiores detalhes são encontrados no item Custo dos Serviços Prestados) e (iv) da redução da receita aferida no ano de 2010 devido à implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, visando a preparação de um veículo para o IPO, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. foram temporariamente subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia. Mais especificamente, a redução da receita líquida de 2010, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 2,8 milhões na Esmeralda S.A., R\$ 1,9 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 3,9 milhões na Santa Rosa S.A. e R\$ 11,8 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A..

Em contrapartida ao aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica em 2011, foram observados fatores que contribuíram para sua redução, entre eles: (i) o menor preço líquido médio da energia comercializada no período, praticado pela controlada UHE Monjolinho motivado pelo fim de seu CCVE celebrado no ACL e início do seu CCVE no ACR, conforme





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

comentado no item Preço Líquido Médio da Energia Comercializada e (ii) ajuste negativo do MRE da PCH Santa Rosa, no valor de R\$ 2,8 milhões, pela não disponibilidade no sistema em parte do ano, em função do sinistro ocorrido na casa de força da usina, conforme comentado no item Disponibilidade Média Geral da Companhia.

### **Serviços prestados**

#### *Serviços prestados de serviços de O&M*

Em 2011, a receita líquida de serviços de O&M somou R\$ 13,1 milhões, representando um aumento de 144,2% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 5,4 milhões. Esta variação decorreu (i) do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais, conforme demonstrado na tabela a seguir e (ii) pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita líquida gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1<sup>a</sup> de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 31 de dezembro de 2011, a ENEX possuía 31 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.082 MW, representando um aumento de 30,2% na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando possuía 20 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 831 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

<b>Contratos em carteira</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>Var %</b>
<b>Quantidade Total</b>	<b>20</b>	<b>31</b>	<b>55,0</b>
- Em operação	15	26	73,3
- Em construção	5	5	-
<b>Potência Total (MW)</b>	<b>831</b>	<b>1.082</b>	<b>30,2</b>
- Em operação	470	955	103,2
- Em construção	361	127	-64,8

### *Serviços prestados de outros serviços*

Em 2011, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 198 mil, uma redução de 72,9% em relação à 2010, quando atingiu R\$ 730 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento da Desenvix Controladora, composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados às outras empresas do Grupo Engevix.

### **Reembolso de projetos**

A receita líquida com reembolso de projetos ocorre quando somos indenizados por gastos com o desenvolvimento de projetos que não obtivemos autorização ou concessão para sua exploração. Em 2010, o projeto da UHE Garibaldi, projeto desenvolvido internamente na Desenvix, foi a leilão público. Em função das tarifas de energia praticadas no leilão a Administração interrompeu seu lance e a concessão para exploração da UHE foi para um concorrente. Assim, a receita apresentada em 2010 é referente ao reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto da UHE Garibaldi.

Em 2011, tivemos o leilão da UHE São Roque, no qual foram gastos cerca de R\$ 9,5 milhões no seu desenvolvimento. Como fomos os vencedores do leilão, não seremos reembolsados, porém somos autorizados a aportar o valor gasto na SPE criada para a implantação e exploração da concessão.

### **Custos dos serviços prestados**

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 73,8 milhões 2011, apresentando um aumento de 53,9% na comparação com 2010, quando atingiu R\$ 48 milhões, equivalente à 51,5% e 42,8% da receita operacional líquida do período, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, principalmente, pelo custo com compra de energia, o qual foi nulo em 2010, pelo aumento de 171,3% no custo dos serviços prestados de O&M, bem como, pelo aumento de 4,6% no custo de fornecimento de energia elétrica, entretanto, o aumento do custo foi mitigado pelo valor nulo do custo com reembolso de projetos.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

### **Custo do serviço de energia elétrica**

Diferentemente das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2011, onde o custo com compra de energia é somado ao custo de fornecimento de energia, nesse relatório de administração destacamos o custo com compras de energia para tratarmos do tema separadamente em função da influência sobre o resultado econômico de 2011 da Companhia.

#### *Fornecimento de energia elétrica*

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica em 2011 foi de R\$ 39,9 milhões, apresentando aumento de 4,6%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 38,2 milhões. O aumento observado foi inferior a inflação registrada no período. Apesar do crescimento, o aumento demonstra o resultado favorável do plano de contingenciamento de custos das nossas usinas em operação. Em 2011 tínhamos a PCH Moinho e UTE Enercasa operando, e juntas foram responsáveis por R\$ 2,3 milhões adicionais ao custo de fornecimento de energia elétrica, enquanto que em 2010 ambas estavam em construção. Outro ponto a ser observado que reforça o plano de contingenciamento é o fato das empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A, na base de 2010, terem sido subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson durante os meses de julho e agosto, devido a implementação da reestruturação societária. Mais especificamente, a redução do custo dos serviços prestados por fornecimento de energia, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 0,7 milhão na Esmeralda S.A., R\$ 0,8 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 1,7 milhão na Santa Rosa S.A. e R\$ 3,4 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A.. Caso retornássemos esses valores à base de 2010, a variação do custo com fornecimento de energia elétrica seria negativa, apresentando redução real, na comparação entre os períodos.

#### *Custo com compra de energia elétrica*

O custo com compra de energia elétrica em 2010 foi nulo, enquanto que em 2011, o montante foi de R\$ 24,6 milhões. Esse aumento decorreu (i) da compra de energia para a PCH Moinho, no valor de R\$ 993 mil, para complementar os compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a possibilidade de antecipação na comercialização da energia do mês de janeiro de 2012 para o mês de agosto de 2011. Como a autorização para operação comercial somente ocorreu no mês de setembro de 2011, a Companhia adquiriu a energia referente ao mês de agosto de 2011, em contra partida, faturou as receitas dos meses de agosto até dezembro de 2011. Adicionalmente obteve o benefício de adquirir a energia a um preço médio de R\$ 120,79, menor do que o preço líquido, descontado os impostos, do seu CCVE, que em agosto de 2011 era R\$ 173,44.

Também contribuiu para o aumento do custo com compra de energia (ii) a compra de energia para a subsidiária UTE Decasa, no valor de R\$ 23,6 milhões, para fazer frente aos compromissos comerciais assumidos em seu CCVE que previa a comercialização de energia nos meses de janeiro até dezembro de 2011, mas, tendo recebido a autorização para operação comercial apenas no mês de outubro de 2011. No caso da UTE Decasa, a compra da energia trouxe o benefício da adimplência da entrega da energia, evitando assim a incidência da penalidade da CCEE, no valor de R\$ 11,5 milhões. Adicionalmente, a adimplência da entrega permitiu o faturamento do seu CCVE, durante o ano de 2011, garantindo receita de R\$ 20,4

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

milhões à subsidiária. No balanço de compra e venda de energia, auferimos prejuízo de R\$ 3,2 milhões, entretanto o plano de negócio da Companhia considerava perda de R\$ 6 milhões.

### ***Custo das vendas e dos serviços prestados***

#### *Serviços de O&M*

O custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi de R\$ 8 milhões, apresentando um aumento de 171,3%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 3 milhões. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, a Companhia aumentou em 42% o quadro de funcionários, passando de 241 em 31 de dezembro de 2010 para 343 em 31 de dezembro de 2011, aumentando assim seus custos com folha de pagamento. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados em 2011 foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no mês de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1<sup>a</sup> de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

#### *Reembolso de projetos*

O custo com reembolso de projeto em 2011 foi nulo, enquanto que em 2010 atingiu R\$ 5,8 milhões. O custo com reembolso de projetos ocorre no momento em que há o recebimento do ressarcimento dos custos com o desenvolvimento de projetos, conforme comentado no item Receita líquida de reembolso de projetos.

#### *Outros serviços*

O custo dos outros serviços em 2011 foi de R\$ 1,3 milhão, apresentando um aumento de 22,2%, em comparação com 2010, quando atingiu R\$ 1 milhão. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

### **(Despesas) receitas operacionais**

Em 2011, as despesas operacionais atingiram R\$ 35,3 milhões, apresentando um aumento de 141,3% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 14,4 milhões. As despesas



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

operacionais representaram 24,6% e 12,8% da receita operacional líquida de 2011 e 2010, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

### ***Despesas gerais e administrativas:***

Em 2011, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 23,8 milhões, apresentando um aumento de 55,2% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 15,3 milhões. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 2,6 milhões, especialmente em função (a) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 1 milhão, (b) dos gastos com pessoal contratados para a engenharia do proprietário das usinas em implantação, no valor de R\$ 300 mil, (c) dos gastos com a auditoria externa, no valor de R\$ 1,2 milhão, enquanto que em 2010 tais despesas estão alocadas como despesas antecipadas com IPO e não no resultado e (d) pela reversão de despesas do resultado de 2010, no valor de R\$ 280 mil, reconhecidas como reembolsáveis pela auditoria da ANEEL para o projeto da UHE Garibaldi, (ii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, no valor de R\$ 2,2 milhões, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, conforme já mencionado anteriormente, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas, (iii) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em implantação, no valor de R\$ 200 mil, principalmente pelo início da implantação da Eólica Barra dos Coqueiros, (iv) em função do aumento nas despesas gerais e administrativas dos empreendimentos em operação, no valor de R\$ 3,9 milhões, especialmente em função (a) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa que acrescentaram R\$ 1,5 milhão às despesas administrativas, (b) dos gastos com a implantação do sistema de gestão ERP, no valor de R\$ 300 mil, (c) e pela implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo. Mais especificamente, a redução das despesas gerais e administrativas, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 94 mil na Esmeralda S.A., R\$ 58 mil na Santa Laura S.A., R\$ 161 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 640 mil na Monel Monjolinho Energética S.A..

### ***Honorários da administração***

Em 2011, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4,4 milhões, apresentando um aumento de 83,8% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 2,4 mil. Tal variação decorreu, principalmente, da reestruturação organizacional da companhia, com a





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

criação das Vice-Presidências e a introdução de Conselho de Administração e Fiscal remunerados, de forma a prepará-la para seu crescimento futuro.

### ***Com estudos em desenvolvimento***

Em 2011, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 4,4 milhões, enquanto que em 2010 houve uma despesa negativa de R\$ 1,8 milhão. As despesas com custos refletem os valores investidos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. Já em 2010 a despesa negativa sofreu influência do valor de R\$ 6,1 milhões transferido do resultado para o ativo intangível, após a auditoria da ANEEL validar os custos reembolsável da UHE São Roque.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, no ano de 2011, a Companhia investiu R\$ 7,2 milhões com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 4,3 milhões foram apropriados ao resultado. O saldo, em 31 de dezembro de 2011, da conta ativo intangível era de R\$ 32,5 milhões.

<b>Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos (R\$ mil)</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
<b>Incorridos no período</b>	<b>13.794</b>	<b>7.228</b>
<b>Apropriados ao Resultado</b>	<b>4.292</b>	<b>4.352</b>
<b>Saldo Ativo Intangível</b>	<b>29.640</b>	<b>32.516</b>

### ***Perdas com contratos de energia***

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo em 2010. O saldo observado em 2011 é fruto do reconhecimento das perdas pela energia não entregue pela UTE Enercasa em 2010, sendo reconhecida pela Companhia e baixada a provisão para passivo a descoberto.

### ***Outras receitas operacionais líquidas***

Em 2011 as outras receitas operacionais líquidas atingiram uma despesa de R\$ 276 mil, em comparação com uma receita de R\$ 1.577 mil em 2010. A despesa de 2011 é referente principalmente à provisão para perda de devedores duvidosos, enquanto que a receita de 2010 é referente ao recebimento da parcela final da venda de nossa participação no consórcio chamado de “Consórcio de Empresas” (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina).

### **Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro**

Em função do acima exposto, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2011, nosso lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$34.263 mil, apresentando uma redução de 31,23% sobre o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando obtivemos um lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$49.825 mil.

### **Resultado financeiro**

Em 2011, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 47,6 milhões, aumento de 26,7% na comparação com 2010, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 37,6 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

### ***Despesas financeiras***

Em 2011, as despesas financeiras atingiram R\$ 54,7 milhões, apresentando um aumento 21% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 45,2 milhões. Tal variação é decorrente (i) do aumento de 31,6% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 34,1 milhões em 2010 para R\$ 44,9 milhões em 2011, principalmente em função (a) do aumento de R\$ 6,6 milhões das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos ao longo de 2011, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem, (b) da entrada em operação da PCH Moinho e da UTE Enercasa, que passaram a contabilizar suas despesas com o financiamento tomado junto ao BNDES na conta de resultado, contribuindo com R\$ 2 milhões para o aumento, além (c) da implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no

resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado anteriormente. Mais especificamente, a redução das despesas financeiras com financiamentos, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 694 mil na Esmeralda S.A., R\$ 594 mil na Santa Laura S.A., R\$ 1.486 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 2.646 mil na Monel Monjolinho Energética S.A.. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (a) pela redução de R\$ 2 milhões no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, uma vez que os juros pagos são decrescentes e (b) pela redução de nos juros pagos pela Desenvix Controladora no financiamento tomado junto ao FINEP, no valor de R\$ 1 milhão uma vez que os juros pagos são decrescentes. O aumento das despesas financeiras também é decorrente (i) do aumento de 25% com despesas de fiança bancária exigidas na contratação de financiamentos como forma de garantia, além (ii) do aumento de 14,7% com despesas com IOF, principalmente pelos financiamentos tipo ponte contratados ao longo de 2011. Em contra partida ao aumento das despesas financeiras, houve redução das despesas com concessões a pagar e outras despesas de 43,1%. A conta é composta principalmente por despesas relacionadas às concessões a pagar, referente à contribuição pela Utilização do Bem Público (“UBP”) da UHE Monjolinho, entretanto a redução se deve principalmente pelo ajuste de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 1,1 milhão pago pela subsidiária UHE Monjolinho, no momento de sua consolidação com as demais empresas do Grupo.

Nossa despesa financeira com financiamentos também sofreu redução pela capitalização dos juros e despesas com IOF incorridos devido aos empréstimos pontes tomados ao longo de 2011, uma vez que seu propósito era o de obter um ativo qualificável. Respeitando o Item 12 do CPC-20, a Companhia elegeu R\$ 9,7 milhões de um total de R\$ 17,1 milhões com despesas decorrentes dos empréstimos pontes ao seu ativo imobilizado, no momento da sua consolidação.

### ***Receitas financeiras***

Em 2011, as receitas financeiras atingiram R\$ 7,1 milhões, apresentando redução de aumento 7,1% em comparação com 2010, quando atingiram R\$ 7,6 milhões. Tal variação é decorrente principalmente da redução com variações monetárias ativas. Contribuíram de forma contrária à redução da receita financeira, o aumento com receitas financeiras com aplicações financeiras e o aumento de juros e outras receitas.

### **Resultados de participações societárias**

Em 2011, o resultado de participações societárias foi positivo em R\$ 19,4 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 123 mil em 2010.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

### ***Equivalência patrimonial***

O resultado da equivalência patrimonial de 2011 é composto pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 2,3 milhões, bem como pelo resultado negativo da subsidiária MGE Transmissão S.A., no valor de R\$ 581 mil e pelo também resultado negativo da subsidiária Enerpar, no valor de R\$ 127 mil.

### ***Dividendos recebidos***

Em 2011, recebemos dividendos da nossa participação societária minoritária mantida nas empresas Dona Francisca e Complexo Energético Rio das Antas, totalizando R\$ 941 mil, sendo R\$ 322 mil e R\$ 619 mil, respectivamente.

### ***Ganho com investimentos***

Em 2011, nosso resultado apresenta ganho com investimentos no valor de R\$ 17,3 milhões, fruto da operação de compra da nossa subsidiária ENEX. Conforme CPC 15, a Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos.

### ***Amortização de ágio***

Em 2011, apuramos despesa de R\$ 383 mil com amortização de ágio, referente ao ágio de nossa controlada ENEX.

### ***Imposto de renda e contribuição social do exercício***

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2011, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 3,6 milhões, contra R\$ 2,7 milhões de 2010. O aumento é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação dos investimentos disponíveis para venda. A diferença entre as apurações decorre da conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs (a) Uso do Bem Público, (b) Depreciação pelo prazo de concessão e (c) Provisão para custos socioambientais.

## **PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES**

Em 2011, a participação de não controladores foi de R\$ 98 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.. Já em 2010, o saldo da participação de não controladores era de R\$ (713) e representava a participação do Caixa FIP Cevix nos nossos resultados.

## **Lucro líquido do exercício**

Em 2011, foi registrado um resultado líquido positivo em R\$ 2,5 milhões, enquanto que em 2010 apuramos um resultado líquido positivo de R\$ 8,9 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

Ressaltamos que conforme comentários do item Ganho com investimentos, nosso resultado foi afetado positivamente, de forma econômica, pela operação de compra de participação da nossa subsidiária ENEX.

## **10.2 Os diretores devem comentar:**

### **a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O Brasil vem se destacando como economia emergente, mostrando situação política estável e com contínuos investimentos em infraestrutura. Mais especificamente, o consumo de energia elétrica vem crescendo a expressivas taxas ao longo das últimas décadas, não só em função da expansão do setor industrial, mas também pela liberação da demanda reprimida de consumidores, favorecendo diretamente o nosso desempenho.

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

Além da venda de energia, nossa receita é complementada por serviços prestados de manutenção e operação de usinas de geração de energia por meio de nossa controlada Enex. Este componente de nossa receita também está positivamente relacionado com o crescimento da demanda por energia no país.

#### **ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

- Adoção do IFRS - Adotamos pela primeira vez no exercício de 2010 as normas internacionais de contabilidade. Nos termos da regulamentação aplicável, a data de transição para a adoção das normas internacionais de contabilidade é o dia 1º de janeiro de 2009, não abarcando, dessa maneira, o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Por essa razão (i) a demonstração do resultado do exercício relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 não foi elaborada de acordo com o IFRS ou de acordo com os novos CPCs.
- Evento Relevante – PCH Santa Rosa - Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros. A recuperação da usina foi concluída no dia 16 de setembro de 2011, data em que sua terceira unidade geradora retomou a operação comercial, conforme o Despacho nº 3.763 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- Nos meses de julho e agosto de 2010, nossos Empreendimentos, Esmeralda, Santa Laura, Esmeralda, Monjolinho e Moinho, passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de serem considerados no consolidado.
- Como resultado da situação financeira do cogenerador da nossa subsidiária UTE Decasa, a qual prejudicou a oferta de vapor d'água, imprescindível para nosso funcionamento, durante o ano de 2012, a geração de energia foi de 21.106 MWh equivalente a 15% de um total de 140.160 MWh (Energia comercializada no LER 01/2008) previsto para o ano de 2012.

A Administração trabalhou com o objetivo de mitigar os prejuízos para o ano de 2012, além de reduzir a exposição aos riscos econômicos e financeiros, buscando junto aos Órgãos Reguladores do Setor Elétrico Nacional (i) a devolução da energia não gerada em 2012 ao longo de cinco anos, (ii) suspensão da aplicação da multa pela não entrega da energia em 2012, além (iii) da suspensão do Contrato de Compra e Venda de Energia por dois anos (2013 e 2014) com base na tese de Força Maior.

Em consonância com o pleito (iii), a ANEEL emitiu o despacho nº 280 no dia 31 de janeiro de 2013. O mesmo determina à CCEE que, a partir de fevereiro de 2013 (competência janeiro de 2013), na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, promova a retenção da parcela da Receita Fixa referente ao Contrato de Energia de Reserva – CER da UTE Enercasa.



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

Uma vez que até a data desse Relatório da Administração a ANEEL não havia se pronunciado oficialmente quanto às demais solicitações, por conservadorismo, a Administração optou pelo reconhecimento de R\$ 11 milhões como multa pela não entrega da energia contratada. Adicionalmente a Administração reclassificou a receita faturada e recebida pela energia não entregue durante 2012, estornando o valor de R\$ 22 milhões do resultado e adicionando valor de igual montante em seu passivo.

Como consequência do tratamento contábil pela energia não gerada, no total, nosso resultado de 2012 foi afetado em R\$ 33 milhões, sendo R\$ 11 milhões pelo custo da multa e R\$ 22 milhões pela perda da receita.

Caso o resultado das nossas solicitações, ainda pendentes de pronunciamento, seja favorável ao resultado da Companhia, a Administração realizará, ao longo do exercício de 2013 a baixa da provisão da multa reconhecida em 2012, bem como o reconhecimento da receita assim que a energia for entregue.

- Conforme deliberação do Conselho de Administração, reunido no dia 27 de junho de 2012, ficou autorizado o pagamento para o controlador Jackson/Engevix de taxa pelas fianças e garantias prestadas. Pela proposta será cobrado 1,0% ao ano para fiança bancária e 0,5% para seguro garantia prestado, a ser pago no final de cada ano fiscal.

Como resultado foram apurados R\$ 12,9 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo controlador Jackson/Engevix, referente ao período de janeiro 2011 até dezembro de 2012.

A Administração trabalha para reduzir a necessidade de garantias prestadas por seus controladores, visando cada vez mais a prestação de garantias pela Desenvix Holding.

- Durante nossa fase de expansão que compreendeu os anos de 2010 a 2012, a qual foram implantados cerca de 200MW, atrasos na liberação dos empréstimos de longo prazo fizeram com que recorrêssemos a empréstimos de curto prazo para garantir a continuidade das atividades de construção.

Conforme Item 12 do CPC-20, a Companhia utilizou-se da capitalização de parte dos juros e despesas com IOF incorridos devido aos empréstimos pontes tomados, uma vez que seu propósito era o de obter um ativo qualificável.

<b>Capitalização empréstimos ponte 2011</b>			
<b>(R\$ mil)</b>	<b>Juros</b>	<b>IOF</b>	<b>Total</b>
- Valor capitalizado	6.268	3.409	9.677
- Valor alocado ao resultado	6.589	784	7.373
<b>- Total</b>	<b>12.857</b>	<b>4.193</b>	<b>17.050</b>



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

Capitalização empréstimos ponte 2012 (R\$ mil)	Juros	IOF	Total
- Valor capitalizado	1.896	-	1.896
- Valor alocado ao resultado	5.946	-	5.946
<b>- Total</b>	<b>7.815</b>	<b>-</b>	<b>7.815</b>

#### **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

Acreditamos que nossa receita com serviços de O&M crescerá provocada principalmente pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1ª de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX. Também acreditamos no crescimento operacional da ENEX, com a conquista de novos clientes à sua base de serviços.

#### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

No caso de nossos Empreendimentos em Construção, referidos contratos são corrigidos por índices básicos de medida de inflação (IPCA, IGP-M, índices de correção de matéria prima e mão de obra, etc). Por sua vez, os desembolsos de nossos financiamentos são corrigidos por URTJLP, que tradicionalmente se mostra bastante inferior aos índices básicos utilizados para correção dos contratos de EPC. Por essa razão, um aumento na inflação pode provocar um descolamento entre os desembolsos a nós devidos por força de nossos financiamentos e os saldos a pagar referentes ao EPCs de nossos Empreendimentos em Construção.

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo Desenvix possuía passivo denominado em moeda estrangeira, referente ao endividamento tomado pela subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., existindo, assim, exposição a esse risco.

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

A partir do segundo semestre de 2013 passaremos a operar as Linhas de Transmissão Goiás Transmissora e MGE Transmissora as quais temos uma participação de 25,5%. Quando estas LTs entrarem em operação comercial, as mesmas representarão um segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, entretanto, em função da nossa participação o resultado será contabilizado por equivalência patrimonial no resultado consolidado da Companhia, razão pela qual nossas demonstrações financeiras não passarão a reconhecer este novo segmento operacional.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

- **ENEX** - No início de setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da ENEX. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o resultado gerado pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% do resultado gerado pela ENEX.
- **Energen Energias Renováveis S.A.** - Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente Participações Ltda.. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.



No dia 21 de agosto de 2012 a Desenvix aumentou sua participação no capital da Energen Energias Renováveis S.A. em 6,67%, passando de 88,33% para 95%. As ações foram adquiridas da Agua Quente Participações Ltda. pelo valor de R\$ 1.100.

- **Usina Hidrelétrica de São Roque** - No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios. No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%.

No dia 14 de janeiro de 2013, a ANEEL, através da 1ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2013 aprovou a transferência societária da subsidiária integral da Desenvix, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix.

- **SN Power** - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,70% do capital social total e votante.
- **Norte Energia S.A** - Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações



societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final.

A Companhia, por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, não irá mais participar no referido empreendimento.

### **c) Eventos ou operações não usuais**

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv) adiante em 31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido da Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões (pré-money) (data-base agosto de 2011). O valor a ser desembolsado

## Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

pela SN Power será de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à taxa SELIC mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 31 de dezembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de R\$ 605 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, BNB e outros credores - a referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (ii) as participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (iii) o contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (iv) a Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento; e (v) aquisição da participação societária da Enex, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120 milhões; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5o do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

#### **10.4 Os diretores devem comentar:**

##### **a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1 de janeiro de 2009 que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011, 2010 e 2009, além daquelas já adotadas anteriormente a partir de 31 de dezembro de 2009.

**Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil** - Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, alterada pela Medida Provisória n.º 449, de 4 de dezembro de 2008, convertida na Lei n.º 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das S.A. Estes diplomas normativos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB. No contexto do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais de contabilidade, desde 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis que foram aplicados nas nossas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010, 2011 e 2012.

##### **b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias quando da apresentação das demonstrações financeiras para o período a findar a partir de em 31 de dezembro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que impactaram nossas demonstrações financeiras.

##### **Uso do bem público**

A controlada Monel, quando da assinatura do Contrato de Concessão, assumiu perante a União obrigação relativa à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público", sendo a referida obrigação atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Até 31 de dezembro de 2009, a controlada registrava as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, a obrigação pelo uso do bem público, descontada a valor presente de acordo com as taxas de captação da controlada, foi reconhecida na data de assinatura do contrato como contas a pagar e tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

### **Depreciação pelo prazo de concessão**

O contrato de concessão da controlada Monel e as autorizações concedidas às controladas estão sob a égide do Decreto nº 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões; (ii) interpretações do próprio decreto; e (iii) a forma como os contratos de concessão ou das autorizações foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil dos bens, limitada ao prazo de vencimento da concessão ou da autorização, à partir de 1º de janeiro de 2010.

### **Provisão para custos socioambientais**

Os custos socioambientais são registrados no custo do imobilizado no momento que a obrigação surge, conforme definição do CPC 25, "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Considerando que, até a entrada em operação comercial da UHE e das PCHs, o Grupo obtém todas as licenças ambientais de instalação e operação e, conseqüentemente, tem uma obrigação presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisionou todos os custos socioambientais nos passivos circulante e não circulante e incorporou tal custo no ativo imobilizado nos momentos que as usinas foram concluídas.

### **Resultado**

Foram registrados impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

### **Resultados acumulados**

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2009.

### **Lucro por ação**

De acordo com a norma brasileira, o lucro líquido (prejuízo) por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS/CPCs, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

### **Reclassificações**

De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não controladoras era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido. De acordo com a nova norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

### **c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Desenvix Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função deste assunto.

**10.5 Os diretores devem comentar Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas, utilizamos variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 2 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2012 contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

### **Estimativas de vida útil do ativo imobilizado**

Os terrenos não são depreciados. Reconhecemos a depreciação de nossos ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

	<b><u>Anos de vida útil estimada</u></b>
Usinas e outros	
Reservatório, barragens e adutoras	30 a 50
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50
Máquinas e equipamentos	15 a 40
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e outros	5
Sistemas de conexão	
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50
Máquinas e equipamentos	22 a 50

O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao fim de cada exercício.

### **Reconhecimento e depreciação dos ativos imobilizado e intangível**

Os ativos imobilizado e intangível são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de formação sempre que há evidência de que os ativos gerarão benefícios econômicos futuros. Reconhecemos as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nosso intangível pelo tempo que se estimativa durante o qual ocorra geração de benefícios econômicos em nosso favor. Estimativas e julgamentos são utilizados para avaliação da capacidade de geração de benefícios futuros dos ativos, assim como para determinação do período pelo qual os ativos trarão benefícios econômicos para nós. Caso sejamos requeridos a

revisar as estimativas e premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos, as despesas depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

### **Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa vida**

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

### **Reconhecimento de receitas**

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

### **Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico**

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação, pela ANEEL, dos estudos para UHEs, quando temos assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso. No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da TJLP, limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

### **Provisões**

As provisões para riscos e gastos específicos são reconhecidas quando:

- (i) Existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados;

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) Uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para reestruturação incluem pagamentos por rescisão de vínculos empregatícios. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. Quando existe um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que seja necessário liquidá-las é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação com relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são apresentadas pelo valor presente dos desembolsos que podem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações do mercado atual do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão com o passar do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

### **10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

#### **a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados por nós para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. No que tange aos desembolsos para implantação das usinas e manutenção das mesmas (após a entrada em operação), principal item de nosso custo, os gestores mantêm estreito e contínuo acompanhamento físico e financeiro individualizado de cada projeto.

São relevantes ainda os custos de desenvolvimento dos nossos Projetos, que perfazem as modalidades de inventário e projeto básico. Este custo abrange estudos ambientais, de engenharia e investimentos em compra de terras.

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

A principal ferramenta de gestão é o sistema ERP da Oracle, sistema marcado pela rastreabilidade das informações, e responsável pela integração de todas as fases de uma usina, desde o seu desenvolvimento, passando pela implantação e posterior operação. Sem prejuízo deste investimento, continuamos atentos às novas tecnologias, e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

### **b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores independentes emitiram “Relatório sobre o estudo e a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011”, no qual informam nossos diretores que foi efetuado estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras nessa data e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação foram feitas sugestões de aprimoramento dos controles internos pelos auditores independentes sendo 9 recomendações classificadas como outras deficiências e 21 classificadas como deficiências significativas sendo que as deficiências significativas versaram sobre os seguintes tópicos:

- (i) recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos contábeis relacionados com a contabilização de empresas pelo método de equivalência patrimonial e relacionados com consolidação (4 recomendações);
- (ii) recomendações destinadas ao aprimoramento dos procedimentos de captura pela contabilidade de transações efetuada pelas áreas operacionais e ao processo de preparação e revisão das demonstrações financeiras (3 recomendações);
- (iii) recomendações relacionadas ao tratamento tributário de algumas de nossas transações (5 recomendações),
- (iv) recomendações relacionadas com a atualização dos livros contábeis inclusive aspectos de reconciliação de contas e diferenças de reconciliação (5 recomendações); e
- (v) recomendações relacionadas com políticas e órgãos de governança (2 recomendações)

Em relação com tais recomendações os diretores da Companhia tem solicitado as gerencias respectivas uma avaliação das mesmas inclusive a relação custo benefício para fins de prepara um plano de ação específicos.



**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

**a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia realizou no mês de dezembro de 2012 a emissão de debêntures, conforme descrição abaixo:

**Número da Emissão e Valor Total da Emissão:** O valor total de Emissão foi de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400

**Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** A Emissão foi realizada em série única, sendo emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

**Destinação dos Recursos:** A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures foi destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas de curto prazo, como as Notas Promissórias Comerciais emitidas em 14 de junho de 2012, no montante total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Emissora (“SPEs”).

**Espécie:** As Debêntures foram da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

**b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável

**c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

### **Compromissos para aquisição de ativos:**

Compromissos assumidos com a compra de bens do imobilizado das usinas em construção totalizam R\$ 29.503 mil (2011 - R\$ 102.213 mil), registrados em fornecedores não circulantes.

### **Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatário:**

A Companhia arrenda 4 terrenos para a construção de usinas eólicas segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 27 anos e todos os contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Menos de um ano	212	208
Mais de um ano e menos de cinco anos	853	832
Mais de cinco anos	<u>3.777</u>	<u>3.922</u>
	<u>4.842</u>	<u>4.962</u>

### **b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

### **10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

#### **a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Os contratos de arrendamento mencionados no item 10.8 (a) são corrigidos anualmente pelo IGPM, sendo que um aumento nos indicadores de inflação podem aumentar o seu custo. Por sua vez, um aumento nos indicadores de inflação aumentarão também nossas receitas

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

derivadas dos nossos contratos de compra e venda de energia, compensando parcialmente o efeito adverso referido anteriormente.

#### **b) Natureza e o propósito da operação**

Natureza: contrato de arrendamento de terras.

Propósito: implementação e operação do Parque Eólico da Bahia.

#### **c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Direitos adquiridos: Por força da celebração de contratos de arrendamento, passamos a deter direitos de utilização das áreas objeto do arrendamento para construção, instalação, utilização, substituição, reinstalação, remoção e operação de UEE. Ainda, por meio dos referidos contratos, adquirimos o direito de instalar, nas áreas objeto do arrendamento, subestações elevadoras de tensão.

Natureza das obrigações: Pecuniária

Montante das obrigações: Durante a fase pré operacional do Parque Eólico da Bahia, os contratos de arrendamento são remunerados por parcelas mensais e anuais, corrigidas pelo IGPM. Quando do início da operação, os contratos de arrendamento serão remunerados por parcelas anuais, no valor de R\$4 mil por aerogerador instalado, corrigidas pelo IGPM.

### **10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

#### **a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)**

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis e transmissão de energia elétrica.

- **Desenvolvimento**

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

Para o ano de 2013, o orçamento aprovado para atividades de prospecção e desenvolvimento foi de cerca de R\$11.100 mil. Tais recursos foram mobilizados para o desenvolvimento de nosso portfólio de Projetos.

Os recursos mencionados acima serão provenientes do nosso caixa, alimentado principalmente (i) pelas entradas de dividendos líquidos de nossos Empreendimentos em Operação, e (ii) receitas dos ressarcimentos reconhecidos pela ANEEL.

#### ▪ Implantação

Durante o ano de 2013 finalizaremos a implantação das Linhas de Transmissão, cuja previsão para início da operação comercial é o segundo semestre de 2013. Adicionalmente, possuímos projetos em fase madura, cujo início da implantação depende de licenças ambientais ou condições mercadológicas favoráveis que possibilitem o adequado retorno ao investimento.

Os recursos necessários para a finalização da construção de nossos Empreendimentos em Construção ou a se iniciarem serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

#### **b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

O item 10.3 a, trás a relação dos empreendimentos adquiridos da Companhia.

#### **c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)**

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Além da operação e implantação de nossos empreendimentos, nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2012 nosso Portfólio de Projetos era composto por 17 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (513,2MW próprios) e 21 Projetos em Desenvolvimento (840,6 MW próprios), totalizando 2.960,8 MW, sendo 1.353,8 MW próprios.

Incluimos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 1 e 2 anos.

Os demais 21 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 38 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2012, investimos cerca de R\$95.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

#### **10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



**- ANEXO II -**

**INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários**

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembléia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 6 diretores. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

No ano de 2010 e 2012, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil e R\$410 mil, respectivamente, como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais, culminando nas operações de venda do nosso capital social.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembléia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês, constituídos no dia 08 de março de 2012, não são remunerados.

**b) composição da remuneração**

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:** a remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	<b>Pró-Labore/Honorários</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

**d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

**e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia**

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

**f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

2013 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,33	3,00	18,33
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	216.000,00	3.581.083,33	112.000,00	3.909.083,33
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	43.200,00	798.216,67	22.400,00	863.816,67
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>259.200,00</b>	<b>4.379.300,00</b>	<b>134.400,00</b>	<b>4.772.900,00</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o exercício de 2013 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

(4) A remuneração deliberada na AGO do dia 25.04.2013 está demonstrada no item 13.16 e compreende o período de 1 de maio de 2012 até 30 de abril de 2013.

2012 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,42	3,00	18,42
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	366.750,00	3.403.166,67	95.600,00	3.865.516,67
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	73.350,00	680.633,33	19.120,00	773.103,33



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

2012 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	410.000,00	-	410.000,00
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>440.100,00</b>	<b>4.493.800,00</b>	<b>114.720,00</b>	<b>5.048.620,00</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2011 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	709.481,48	3.563.607,42	122.911,11	4.396.000,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	141.896,30	712.721,48	24.585,22	879.200,00
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>851.377,77</b>	<b>4.276.328,90</b>	<b>147.493,33</b>	<b>5.275.200,00</b>





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

2011 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
------------	---------------------------	---------------------	-----------------	-------

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2010 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	7,25	9,25	0,5	17,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	355.500,00	2.018.500,00	18.000,00	2.392.000,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	71.100,00	403.700,00	3.600,00	478.400,00
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	510.000,00	-	510.000,00
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>426.600,00</b>	<b>2.932.200,00</b>	<b>21.600,00</b>	<b>3.380.400,00</b>

Por força da instalação do Conselho Fiscal em AGE de 30 de setembro de 2010, reconheceremos gastos com a remuneração dos Conselheiros Fiscais apenas nos meses de outubro, novembro e dezembro.

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, no ano de 2010 e 2012, distribuimos aos



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil e R\$410 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2013 Previsto (2) (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,67	3,00	18,67
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Os valores previstos para o exercício de 2013 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

2012 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,42	3,00	18,42
Bônus	N/A	410.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	410.000,00	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

2012 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2011 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	8,00	3,00	19,00
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2010 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	7,25	9,25	0,5	17,00
Bônus	N/A	510.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

2010 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	510.000,00	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

**13.5. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:**

Administradores	Cargo	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente
José Antunes Sobrinho	Conselheiro	0	14.558.059,7
Gerson de Mello Almada	Conselheiro	0	14.558.059,7
Cristiano Kok	Conselheiro	0	14.558.059,7
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>43.674.179,1</b>



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

**13.6. Em relação à remuneração baseada em Ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

A Companhia não possui atualmente qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):**

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

Não possuímos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
<b>Nº de membros</b>	7,42	8,00	9,25	8,00	6,92	7,25	3,00	3,00	0,50
<b>Valor da maior remuneração</b>	601.000,00	745.639,32	467.000,00	105.000,00	102.425,93	67.500,00	41.200,00	40.970,37	6.000,00
<b>Valor da menor remuneração</b>	282.000,00	263.156,90	135.000,00	0,00	0,00	31.000,00	0,00	40.970,37	6.000,00
<b>Valor médio da remuneração</b>	486.166,67	445.450,93	288.357,14	46.819,15	102.575,63	49.034,00	95.600,00	40.970,37	36.000,00





Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

**Observações:**

<b>Diretoria Estatutária</b>	
<b>31/12/2012</b>	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que exerceu o cargo por apenas 5 meses.</p> <p>O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 1 Diretor que exerceu a remuneração durante 5 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.</p>
<b>31/12/2010</b>	<p>Valor da menor remuneração: considera a remuneração de Diretor que renunciou à remuneração durante 9 meses do ano. Além disso, considera a exclusão a exclusão de 5 Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 3 Diretores que renunciaram à remuneração durante 9 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.</p>

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>31/12/2012</b>	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,83, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>
<b>31/12/2011</b>	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 6,92, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>
<b>31/12/2010</b>	<p>Valor da menor Remuneração: considera a exclusão de 3 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: o número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,25.</p>

<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>31/12/2012</b>	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>
<b>31/12/2010</b>	<p>Chegamos ao valor médio da remuneração de R\$36.000,00, através da divisão da remuneração total do ano, que foi de R\$18.000,00 conforme item 13.2 desse formulário de referência, pelo número médio de conselheiros do ano que foi de 0,50, conforme previsto nos itens 13.2 e 13.11 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº007/2011. A companhia informa que durante o ano de 2010 os três membros do conselho fiscal atuaram e foram remunerados nos meses de novembro e dezembro, justificando o número médio inferior a 1. Chegamos ao número médio de 0,50 através da soma do número mensal de conselheiros, dividindo pelo número de meses do ano, conforme previsto no item 13.2 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº007/2011.</p>

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para a Companhia):**



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Órgão	dez/12	dez/11	dez/10
Diretoria Estatutária	17,7%	20,9%	6,7%
Conselho de Administração	18,0%	28,9%	26,2%
Conselho Fiscal	0	0	0

**13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Órgão	dez/12	dez/11	dez/10
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2013 até 30 de abril de 2014, prazo estimado entre as AGO/Es, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ R\$ 4.653.700,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e setecentos reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

A remuneração deliberada em AGO para período compreendido entre 1 de maio de 2013 até 30 de abril de 2014, está demonstrado na tabela abaixo:

Maio 2013 a abril 2014 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	216.000,00	3.536.083,33	126.000,00	3.878.083,33
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	43.200,00	707.216,67	25.200,00	775.616,67
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>259.200,00</b>	<b>4.243.300,00</b>	<b>151.200,00</b>	<b>4.653.700,00</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

**- ANEXO III -**

**INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.**

**CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES**

**12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:**

**12.6.1 Membros da Diretoria**

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para a Diretoria da Companhia.

**12.6.2 Membros do Conselho de Administração**

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Emerson Tetsuo Miyazaki	26	Administrador	703.190.571-00	Conselheiro suplente	25.04.13	25.04.13	Até a AGO de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim

**12.6.3 Membros do Conselho Fiscal**

A Assembleia deliberou pela recondução do mandato dos atuais Membros do Conselho Fiscal que permanecerão no cargo até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição.



Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Alfredo Martins dos Reis	55	Economiário/Auditor	150.216.611-91	Conselheiro efetivo	25.04.13	25.04.13	Até a AGO de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
Andrea Kogitzki	37	Contadora	874.911.509-00	Conselheiro efetivo	25.04.13	25.04.13	Até a AGO de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
João Clarindo Pereira Filho	80	Advogado	045.249.428-15	Conselheiro efetivo	25.04.13	25.04.13	Até a AGO de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
Antônio Carlos Bomfim	61	Economista	070.905.525-00	Conselheiro suplente	25.04.13	25.04.13	Até a AGO de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
Patricia Cândido Pinto da Silva	34	Advogada	082.308.237-74	Conselheiro suplente	25.04.13	25.04.13	Até a AGO de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim
João Clarindo Pereira Junior	48	Advogado	086.735.378-35	Conselheiro suplente	25.04.13	25.04.13	Até a AGO de aprovação das contas de 2013	Nenhum	Sim

**12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:**

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para os Comitês de Assessoramento da Companhia.

**12.8 Com relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

**a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:**



**Patricia Cândido Pinto da Silva** - A Sr<sup>a</sup> Patrícia é graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ - 2002. cursou pós-graduação em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes, em 2005; Extensão em Direito Tributário Internacional pela Universidade Federal Fluminense - UFF, em 2006; pós graduação em Direito Empresarial e Tributário pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, em 2008, e L.L.M. (Legal Law Master) em Direito Corporativo pelo IBMEC/RJ, em andamento. Durante os últimos 10 (dez) anos trabalhou em 2 (dois) escritórios de advocacia - Tozzini Freire Advogados e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados e em 1 (uma) auditoria independente – Deloitte, sempre nas áreas de consultoria tributária e previdenciária. Atualmente ocupa o cargo de Gerente Jurídica da companhia SN POWER Energia do Brasil Ltda.

**João Clarindo Pereira Junior** - É graduado em Direito pela Faculdades Metropolitanas Unidas-FMU-SP, trabalhando durante os 05 anos do Curso Universitário na SASSE-SEGURADORA da Caixa Econômica Federal e no escritório de Advocacia Azevedo Sodré. Participou do Curso de Atualização de Direito de Trabalho na Academia Nacional de Direito de Trabalho. Trabalhou na área de Vendas de Computadores SCOPUS na Empresa Compunet em Alphaville. Participou do Curso de Vendas de Periféricos da ELEBRA. Participou durante 10 anos, na Administração Pública do Município de Anchieta-ES, onde ocupou os cargos de: Superintendente da Prefeitura de Anchieta, Secretário de Administração, Assessor de Planejamento, Sub-Secretário de Obras e Secretário de Saúde do Município. Participou dos Cursos de: Aperfeiçoamento em Administração, Seminário de Desenvolvimento Humano, Meio Ambiente Saúde e Turismo. Nos últimos 13 anos exerce a Profissão de Advogado em escritório de sua titularidade.

**João Clarindo Pereira Filho** - É graduado em direito pela Universidade de São Paulo, foi advogado da Caixa Econômica Federal por mais de 30 anos e nos últimos cinco anos exerce a profissão em escritório de sua titularidade, especializando-se em Direito Civil e Tributário. Foi membro titular do Conselho de Contribuintes da Receita Federal. Assumiu o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia em 30 de setembro de 2010.

**Alfredo Martins Reis** - Graduado em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, Geografia e História pela União Pioneira de Integração Social e Ciências Contábeis pela União Educacional de Brasília. Possui pós-graduações em Informática e em Padrões Internacionais de Auditoria Interna, pela Universidade Católica de Brasília, e Ciências Contábeis e MBA em Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas. Atuou no Ministério da Aeronáutica no período de janeiro de 1976 a dezembro 1981, quando ingressou na Caixa Econômica Federal onde ocupa, desde 2004, o cargo de Gerente Nacional de Auditoria.

**Antonio Carlos Bomfim** – Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pós-graduado em Economia Regional e Urbana, Mestre em Direito Internacional e Integração Econômica pela Faculdade de Direito da Universidade do

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

Estado do Rio de Janeiro e Doutor em Direito Internacional e Integração Econômica pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como Economista na Secretaria de Estado do Planejamento do estado da Bahia entre dezembro de 1974 e fevereiro de 1975. Foi Chefe de Divisão de Unidade Central do Departamento de Pesquisas do Banco Nacional da Habitação entre março de 1976 e junho de 1983. Foi Diretor Presidente da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro entre junho de 1983 a março/1987. Foi Economista - Assistente Técnico da Assessoria de Pesquisa, Divisão Financeira, Divisão do FGTS da Caixa Econômica Federal, entre abril de 1987 e dezembro de 2000. Foi Analista de Comércio Exterior do Departamento de Defesa Comercial do estado do Rio de Janeiro, entre março de 2003 e fevereiro de 2008. Atualmente ocupa o cargo de Analista de Comércio Exterior da Assessoria Internacional/Gabinete do Ministro em Brasília do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, posição que ocupa desde março de 2008.

**Andrea Kogitzki** - Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP-1998) e Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-2001). Iniciou carreira profissional na área de Custos Industriais em 1992 e posteriormente em Controladoria Empresarial, atuando nestas efetivamente em empresas multinacionais. Em 2001, pela vasta experiência em Custos & Controladoria, bem como expertise em controles de plantas industriais, foi convidada pelas Faculdades Santa Cruz de Curitiba à compor quadro de professores universitários da instituição em diversas cadeiras do curso de Ciências Contábeis (2001 à 2004). Intercâmbio internacional em Vancouver - Canadá em 2006. Expatriada nos Estados Unidos em Grupo Finlandês no período de 2008 à 2012, atuando em funções estratégicas do grupo diretamente vinculadas aos Estados Unidos da América, México e Brasil, ocupando anteriormente à isso, a função de Gerente Administrativo Financeira do referido grupo no Brasil. Atualmente, ocupa o cargo de Financial Controller na SN POWER Energia do Brasil Ltda.

**Emerson Tetsuo Miyazaki** - Graduado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília – UnB, possui experiência consolidada na área financeira. Nos últimos 5 anos atuou em empresas de telecomunicações, energia elétrica e em um fundo de pensão, onde desenvolveu atividades de avaliação de empresas (Valuation), governança corporativa, captação de recursos, gestão de portfólio de investimentos e relações com investidores. Ocupou o cargo de Analista de Captação e Administração de Recursos da Brasil Telecom entre novembro de 2007 e abril de 2009, como Analista de Investimento da FUNCEF entre abril de 2009 e janeiro de 2011, como Analista de Planejamento Financeiro da Norte Energia entre fevereiro de 2011 e fevereiro de 2012. Atualmente o Sr. Emerson Tetsuo Miyazaki atua como Analista de Investimentos da FUNCEF, cargo que ocupa desde fevereiro de 2012.

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

**b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:**

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

**12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a) Administradores do emissor**

Não aplicável.

**b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não aplicável.

**c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não aplicável.

**d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não aplicável.

**12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Proposta da Administração para a AGO de 25 de abril de 2013

---

Não aplicável.

**b) Controlador direto ou indireto do emissor**

Não aplicável.

**c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável.